

ATA N.º 10/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2023:

No dia dezanove de abril de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Talego e Maria João Camolas Contente Caleira.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Constituição da Comissão de Honra das Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974

PONTO 2 – Prestação de Contas 2022

PONTO 3 – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO 4 – Pedido de informação prévia de operação de loteamento. Requerente: TOTTA URBE – Empresa de Administração e Construções, S.A. Processo: L-1551/2020. Local: Olhos d'Água, Freguesia de Pinhal Novo. Requerimentos nºs. 4275/2020, 386/2022 e 2743/2022

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Humanitária

PONTO 6 – Constituição de Fundos de Maneio – Ano económico de 2023 - Alteração

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para a realização da 34.ª edição da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão

PONTO 8 – Projeto de Regulamento Municipal da Feira Medieval de Palmela – Aprovação e início de discussão pública

PONTO 9 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Palmela e a ANCI – Associação Nacional de Cuidadores Informais

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro ao Centro Jovem Tejo

PONTO 13 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 01/04/2023 a 18/04/2023.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 01/04/2023 a 18/04/2023.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos de obras públicas e procedimentos administrativos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas e procedimento administrativos, no período compreendido entre 04/04/2023 a 17/04/2023.

Despachos emitidos por (sub)delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 05/04/2023 a 18/04/2023.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 05/04/2023 a 18/04/2023, no valor de 2.260.377,74 € (dois milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e setenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18.04.2023, apresenta um saldo de 18.948.708,22 € (dezoito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e oito euros, e vinte e dois cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 16.422.049,11 € (dezassex milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quarenta e nove euros, e onze cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.526.659,11 € (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove euros, e onze cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação a admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (25 de Abril, 1.º de Maio e Constituição da República Portuguesa) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio** – dos/a Eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (49.º Aniversário do 25 de Abril de 1974) – do Eleito do M CCP.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Richard Glied).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Pedro Henriques).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de pesar** (Carlos Manuel Mendes Ferreira).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (25 de Abril, 1.º de Maio e Constituição da República Portuguesa) – dos/as Eleitos/as da CDU.

"Evocar o 25 de Abril de 1974, a cada ano, é manter viva a memória desse dia glorioso, que rompeu os grilhões que aprisionaram o país a quatro décadas de ditadura e que nos fez acreditar que é possível concretizar sonhos e operar mudanças sociais profundas, com muita coragem, determinação e engenho, mas sem violência. É, também, prestar homenagem aos Capitães e Militares de Abril, bem como a todos os homens e a todas as mulheres que participaram na luta, de forma mais ou menos anónima, na clandestinidade, nas ruas e nos dias seguintes, na construção coletiva de um país onde tudo estava por fazer. Pessoas que suportaram a repressão da PIDE, a tortura nas prisões do regime, a censura, o medo e o afastamento das famílias, uma guerra colonial de que pouco se fala, mas que deixou cicatrizes profundas e feridas ainda por sarar. Pessoas que edificaram as bases do nosso sistema Democrático e fizeram do Poder Local Democrático um pilar essencial de desenvolvimento.

Pela sua importância, enquanto processo libertador e transformador, o 25 de Abril exige-nos que continuemos a nutri-lo e que, mais do que uma memória e evocação do passado, o façamos presente no nosso quotidiano. A Constituição da República Portuguesa, que cumpriu, no dia 2 de abril, 47 anos de existência, continua a ser uma das mais progressistas do mundo e traduz um conjunto de direitos fundamentais, que revelam uma visão humanista, de igualdade, liberdade, qualidade de vida e paz para todas as pessoas, em muito similar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 propostos pelas Nações Unidas. Às ameaças quotidianas à

nossa Constituição, por quem a considera um obstáculo aos seus objetivos, devemos, pois, responder com a sua afirmação e defesa inequívoca.

Num tempo em que se registam tantas dificuldades no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, no acesso a habitação condigna e a trabalho com direitos; em que assistimos ao rápido surgimento de uma nova pobreza em Portugal, constituída por pessoas que, apesar de empregadas, não conseguem fazer face ao custo de vida; em que a juventude mais formada e preparada de sempre não consegue ultrapassar a precariedade e reunir condições para ser independente; em que, neste país de brandos costumes, se multiplicam casos de violência, assédio, racismo, xenofobia e outros alarmantes exemplos de discriminação e desigualdade, e onde o populismo encontra terreno fértil para coartar o que havia sido conquistado, branquear a História e promover o fascismo – a Constituição é o garante do cumprimento dos direitos nela consagrados e, de forma global, dos valores de Abril.

Já de olhos postos nos 50 anos do 25 de Abril de 1974, a assinalar em 2024, o Município de Palmela exorta à urgência de cumprir, integralmente, estes direitos e inicia um ano de comemorações sob o lema “Abril para já!”. O programa, já em curso ao longo deste mês, numa organização partilhada pelas autarquias e o movimento associativo local, terá sequência nos 12 meses seguintes. Para tal, contamos com o contributo inestimável da Comissão de Honra constituída para o efeito, mobilizando um largo número de agentes do território, de vários quadrantes e com diferentes percursos e olhares, que concorrem para uma programação o mais abrangente e integradora possível, geradora de dinâmicas culturais, sociais e cidadãs que nos levem a aprofundar este caminho de consolidação da Participação e da Democracia.

Reunida a 19 de abril de 2023, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o 25 de Abril de 1974, o 1.º de Maio e o 47.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, os Militares de Abril e todas as pessoas que, ao longo de meio século, têm mantido vivas a história, a memória, a luta e os valores de Abril, e convida a população do Concelho de Palmela a associar-se a este ano de celebração. Abril não pode ficar para depois... “Abril para já!”.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio – dos/a Eleitos/a do PS.

“O Partido Socialista, na celebração do 49º aniversário do histórico dia 25 de abril de 1974, saúda todas as mulheres e todos os homens que ao longo de tenebrosos 48 anos de ditadura, ousaram lutar pela Liberdade, pela Democracia e pela Paz, que foram exemplo de cidadania, alicerçado na esperança de um Portugal democrático, mais justo, solidário, fraterno e livre.

Saudamos de igual forma o 1º de Maio, dia dos trabalhadores e trabalhadoras, recordando todos os operários e operárias que lutaram por melhores condições económicas e sociais a nível global. Recordamos e destacamos a adesão e participação dos portugueses no primeiro 1º maio em

liberdade, em 1974, na esperança e confiança de um Portugal novo, inserido no campo das nações democráticas e progressistas em que os direitos essenciais do trabalho, melhores salários e condições de trabalho são defendidos e consagrados em lei.

O 25 de Abril de 1974, permitiu uma revolução tranquila, dando corpo através de eleições, à vontade do povo, possibilitando construir um caminho de garante da democracia e do progresso económico e social.

A Democracia, a justiça social, a Igualdade de género, a escola pública, o sistema de segurança social para todos, o SNS, o poder local democrático, as melhorias das condições de trabalho e legislação laboral, a liberdade sindical, permitiu dar respostas sociais aos graves problemas com que o país se debatia.

Recordar e celebrar o 25 de Abril e o 1º de Maio nas suas causas e promessas é igualmente reconhecer que o “caminho se faz caminhando” a cada passo, a cada época, a cada geração, dando resposta a novas exigências e novos desafios, que a Democracia, se constrói e reconstrói, permanentemente, incessantemente, que é necessário aprofundar os mecanismos de participação e envolvimento das populações na “coisa pública”, com verdade e transparência.

Celebrar Abril é ser solidário com os povos que no mundo sofrem com a guerra e com o subdesenvolvimento. Seremos mais livres quando respeitarmos o direito internacional às fronteiras de todos os países, na Ucrânia, em Israel, na Palestina e, também, ao cumprimento dos direitos humanos em todos os lugares do mundo. Portugal foi um país de descobridores, um país que tem uma das línguas e cultura mais universal por isso somos hoje um país de Paz, Solidário e Fraternal.

Saudamos todas as comunidades, que escolheram este país para trabalhar, viver ou se refugiarem de ditaduras. Estamos solidários e defendemos mais e melhores políticas inclusivas.

Ainda há muito caminho para andar e construir, sendo este o maior desafio da democracia e dos democratas. Não podemos ceder aos tempos da mentira, repetida e divulgada, tornando-se numa das formas mais perigosas para a implementação do populismo extremista e que corrói o edifício da democracia e que pela exploração dos mais frágeis provoca neles o medo e a insegurança.

Palmela é um concelho particularmente marcado por abril e pelos valores da liberdade, da paz e da justiça que o caracterizam. É um concelho do associativismo, da mobilização popular e da participação cívica, de dezenas de associações, clubes e coletividades desenvolvem uma atividade notável.

Celebrar Abril em Palmela, é também dar contributos diários para a persecução dos ideais que Abril nos trouxe e semeou, é estar com o concelho, com as suas gentes.

Saudamos os homens e as mulheres que ousaram e concretizaram o 25 de abril e o 1º de maio, dando esperança e mantendo viva a importância da Liberdade e da Democracia!

Viva o 25 de Abril

25 de Abril Sempre !

Viva o 1º de Maio!

Viva os Trabalhadores e as Trabalhadoras do Concelho de Palmela! "

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (49.º aniversário do 25 de Abril de 1974) – do Eleito do MCCP.

"Descolonizar, Democratizar, Desenvolver!

Foram estes os três objetivos que o Movimento das Forças Armadas traçou para a Revolução dos Cravos.

A descolonização foi feita, somos um País em Democracia e estamos no caminho (muito lento) do Desenvolvimento. Obviamente que hoje estamos muito melhor do que antes do 25 de Abril de 1974. Em 1934 não havia rede de abastecimento de água nem rede de esgotos. Em 1974 a rede pública de abastecimento de água ainda era muito diminuta bem como a de esgotos, e só nos centros dos aglomerados urbanos.

Muito foi realizado nestes 49 anos, sobretudo pelo Poder Local e no final de década de 70 e década de 80 também com a participação dos cidadãos organizados em comissões de moradores.

Mas não podemos afirmar que estamos numa Democracia plena e pujante de força. Não me estou a referir aos chamados "casos e casinhos" que nos envergonham enquanto País. Estou a pensar nos dois milhões de portugueses que continuam a viver no limiar da pobreza. Estou a pensar que Portugal é quinto país da UE em maior risco de pobreza energética.

A Comissão Nacional Justiça e Paz alertou em janeiro de 2023 que o rendimento mensal de muitos cidadãos não lhes permite sair da situação de pobreza atual.

Sabemos que o Ministério de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social está a dinamizar a criação de Centros de Acolhimento de Emergência Social em todo o País, pois tudo indica que os despejos irão aumentar e consequentemente haverá mais pessoas "sem abrigo" nas nossas ruas.

O que acabei de dizer não tem a intenção de ser uma crítica a este Governo ou aos anteriores, pois o 25 de Abril deve ser uma época de alegria e unidade. Apenas estou a falar nas nossas realidades.

E com isto quero afirmar que um Estado que se quer verdadeiramente democrático não pode albergar tamanhas injustiças sociais.

Mas, infelizmente, nestas alturas difíceis para a Democracia, há sempre quem se aproveite e então vemos os populismos a crescer, não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa.

Mas por pior que hoje possamos estar, estamos infinitamente melhor que nos temos da ditadura salazarista. E isto tem de ser transmitido aos nossos descendentes, aos nossos filhos e aos nossos netos! Temos de lhes transmitir o verdadeiro valor da Liberdade.

Muitos de nós nesta sala ou que nos estão a ver e ouvir pela Internet lembram-se dos cuidados que tínhamos de ter nas nossas conversas, pois podia haver sempre um PIDE à escuta! Muitos de nós foram obrigados a ir para a Guerra Colonial! Muitos de nós tiveram de fugir das cargas brutais da Polícia de Choque e infelizmente muitos foram presos, torturados e assassinados pela PIDE.

Por isso afirmo: lembrar para não esquecer. Não só hoje, todos os dias.

Ditadura nunca mais! Em Portugal, na Europa e no Mundo!

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! "

Em relação às três saudações antes mencionadas, intervém:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** depois de cumprimentar os presentes, refere que se junta às saudações e deixa dois ou três reparos muito simples.

Considera que, quando se comemora Abril, o momento é de unidade, independentemente das diferenças ideológicas, que são sempre bem vindas, porque "Comemorar Abril" dessa forma, significa que se está a cumprir os 3 D's de Abril:

- . o da Democracia, que é aquele que os faz estar aqui, eleitos pelo povo, mesmo dentro das diferenças, a querer servir o povo.

- . a Descolonização, que já foi cumprido e é um assunto ultrapassado do léxico político. No caso da Democracia, esta está forte, mas nunca está cumprida, pois faz-se todos os dias, testando a vida política, a vida partidária, mas ao estar no espaço público, estão também dar exemplos e ter que continuar a "regar" a Democracia para que ela não venha a secar.

- . o Desenvolvimento, que muito mudou desde 1974. Refere que mudou com o poder local e central, mas existe muito ainda por fazer. Considera, por isso, este ser o "D" que deve estar à frente dos desígnios que cada um tem enquanto agentes da causa pública.

No que concerne ao 1º de Maio, considera ser sempre um marco importante, para os trabalhadores, embora já não seja o 1.º de Maio da sua génese, porque os desafios, os problemas que os trabalhadores têm nos tempos que correm já não são (felizmente, por um lado) aqueles que estavam na génese (muitos deles já foram resolvidos). Mais considera que existem outros problemas que estão por resolver, motivados pela força das novas realidades que se vivem no mundo e numa sociedade aberta e também da livre circulação do espaço económico em que se está inserido, que são novas realidades que se devem ter em atenção na defesa dos postos de

trabalho, do acesso dos mais jovens ao trabalho, ao salário digno e à possibilidade de desenvolverem a sua atividade.

Por fim, junta-se à saudação da Constituição da República Portuguesa, pois considera ser um marco importante, como muitas normas que dificilmente terão concretização, e um garante da Democracia e da Plena Democracia, sendo uma espécie de “tampão” a outros movimentos que a ponham em causa.

Submetida a votação a saudação (25 de Abril, 1.º de Maio e Constituição da República Portuguesa) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio – dos/a Eleitos/a do PS, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação ao 49.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e 1.º de maio – por parte do M CCP, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A Sra. Vereadora Maria João Camolas apresenta as seguintes saudações:

. Saudação (Richard Glied).

“Richard Glied, judoca do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Veteranos, no escalão M8, -90kg, no Campeonato Nacional de Veteranos, que se realizou no dia 15 de abril, no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo.

Reunida em Palmela, a 19 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o judoca Richard Glied pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

. Saudação (Pedro Henriques).

“Pedro Henriques, judoca do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Veteranos, no escalão M7, -73kg, no Campeonato Nacional de Veteranos, que se realizou no dia 15 de abril, no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo.

Reunida em Palmela, a 19 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o judoca Pedro Henriques pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a votação a saudação (Richard Glied), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Pedro Henriques), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Vereador Paulo Ribeiro apresenta o seguinte voto de pesar:

. Voto de pesar (Carlos Manuel Mendes Ferreira).

“Na madrugada de 14 de abril de 2023, faleceu Carlos Manuel Mendes Ferreira, com 88 anos de idade.

Nascido em 1934, na Figueira da Foz, formou-se na Universidade de Coimbra em medicina, com especialidades em ortopedia e medicina laboral em 1961, tendo sido professor assistente na mesma Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Veio residir para o concelho de Palmela e desde sempre abraçou o serviço à causa pública, tendo como desígnio o serviço à comunidade.

Foi Presidente do PSD de Palmela de 1987 a 1995, tendo sido eleito para a Assembleia Municipal de Palmela em 17 de dezembro de 1989, cargo que exerceu até 12 de dezembro de 1993.

Médico de excelência, exerceu profissionalmente cirurgia ortopédica, traumatologia e medicina do trabalho tendo granjeado o respeito e reconhecimento junto dos seus pares e dos doentes que acompanhou. Foi igualmente Diretor do Hospital do Montijo, cargo que exerceu na segunda metade da década de 90.

Homem de convicções, de grande humanismo e dedicação ao próximo, Carlos Mendes Ferreira deixa o concelho de Palmela mais pobre.

Nesta hora de luto, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 19 de abril de 2023, presta sentida homenagem à memória de Carlos Manuel Mendes Ferreira e endereça os mais sentidos votos de condolências à sua esposa Anita e aos seus filhos, Gonçalo e Rodrigo, bem como à restante família e amigos.”

Submetido a votação o voto de pesar (Carlos Manuel Mendes Ferreira), foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Constituição da Comissão de Honra das Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

PROPOSTA N.º GAP 01_10-23:

«A Revolução do 25 de Abril de 1974 marcou indelevelmente a nossa história contemporânea, ao libertar o país de quase 50 anos de ditadura, que mergulharam a sociedade portuguesa num profundo estado de subdesenvolvimento humano e social. Este momento ímpar abriu as portas à Liberdade, ao fim da guerra, à emancipação das mulheres e ao Poder Local Democrático e consubstanciou-se numa democracia participativa, no livre acesso à educação, à justiça, à saúde, à liberdade de associação, à cultura e ao desporto.

A cada ano, assinalar o 25 de Abril é celebrar as suas conquistas, defender os seus valores e reivindicar a concretização do que falta cumprir. No Concelho de Palmela, este momento congrega forte participação popular, com iniciativas que vão da música ao teatro, do ambiente ao desporto, do lazer às artes plásticas.

Em 2024, assinala-se o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril de 1974, data que importa celebrar de forma especial, procurando envolver diversos setores da sociedade na conceção e desenvolvimento do programa comemorativo, de forma plural e participada, de modo a inspirar e potenciar um novo ciclo de reflexão, debate e construção coletiva.

Torna-se, assim, imprescindível construir um programa amplo, consensual e integrador, que ajude a valorizar o 25 de Abril, nas suas várias dimensões, junto de todas as gerações, em particular, das mais novas, que não tiveram oportunidade de experienciar a Revolução e conhecer «o antes e o depois». Um programa capaz de homenagear quem lutou pela Liberdade e reconhecer publicamente quem, ao longo dos últimos 50 anos, tem contribuído, de forma abnegada, para a consolidação da Democracia e o progresso deste território.

Considerando essencial o envolvimento e a participação de um conjunto de personalidades e entidades que assumem, hoje em dia, ou desempenharam, ao longo destas cinco décadas, um papel preponderante na consolidação do regime democrático e no desenvolvimento do Concelho de Palmela, **propõe-se** que, nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

1. Constituir a Comissão de Honra das Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de abril de 1974, sob o lema "50 Anos do 25 de Abril de 1974 – Cidadania, Democracia e Desenvolvimento Local", composta pelas seguintes entidades:
 - Eleitas/os em exercício de funções nos órgãos municipais e nos órgãos das freguesias (Presidente e vereadoras/es da Câmara Municipal, Presidente e líderes de bancada da Assembleia Municipal, Presidentes de juntas de freguesia)
 - Ex-Presidentes da Câmara Municipal de Palmela eleitas/os após 1976
 - Ex-Presidentes e antigos Presidentes da Assembleia Municipal de Palmela eleitas/os após 1976
 - Ex-Vereadoras e antigos Vereadores da Câmara Municipal de Palmela eleitas/os após 1976
 - Ex-Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela eleitas/os após 1976
 - Presidentes das Assembleias Gerais das Associações de Bombeiros do Concelho de Palmela
 - Diretoras e diretores dos Agrupamentos e das Escolas Secundárias do Concelho de Palmela
 - Representantes do movimento associativo sociocultural
 - Associações de moradores
 - Estruturas juvenis
 - Instituições Particulares de Solidariedade Social
 - Representantes do setor económico
 - Entidades com intervenção política e cidadã
 - Diversas Personalidades, com reconhecido serviço prestado à comunidade que, pelo seu desempenho relevante, contribuíram para o aprofundamento da vivência democrática no Concelho de Palmela e no País;
2. Designar como Presidente da Comissão de Honra das Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, o Presidente da Câmara Municipal de Palmela em exercício de funções;
3. Mandatar a Comissão para contribuir na reflexão e subsequente construção de um Programa Integrado das Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.

COMISSÃO DE HONRA DAS COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

Eleitos em exercício de funções:

- Presidente da Câmara Municipal de Palmela, Álvaro Manuel Balseiro Amaro (Presidente da Comissão)
- Presidente da Assembleia Municipal de Palmela, José Carlos Matias de Sousa
- Vice-Presidente Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha
- Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho
- Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira
- Vereador Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão
- Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço
- Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo
- Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa
- Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro
- Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, Jorge Manuel Cândido Mares
- Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Carlos Jorge Antunes Almeida
- Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, António Manuel Caeiro Mestre
- Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, Cecília Maria Cordeiro de Sousa
- Líder da bancada da CDU na Assembleia Municipal, Joaquim Pereira Pires
- Líder de bancada do PS na Assembleia Municipal, Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha
- Líder de bancada do MCCP na Assembleia Municipal, Luís Miguel da Silva Marques
- Líder de bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal, Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Líder de bancada do CHEGA na Assembleia Municipal, Rui Miguel Valente
- Líder de bancada do BE na Assembleia Municipal, Tânia Sofia Barroso Ramos

Antigos Presidentes da Câmara Municipal de Palmela (apresentados por ordem alfabética)

- Ana Teresa Vicente Custódio de Sá
- Carlos Alberto Fernandes Pésinho
- Edgar Fernando Coelho da Costa

**Antigas Vereadoras e antigos Vereadores da Câmara Municipal de Palmela
(apresentados por ordem alfabética)**

- Adérito Joaquim das Dores Mateus*
- Adília Maria Prates Candeias
- Adilo Oliveira Costa
- Antonieta Maria Saragoça dos Santos
- António Venceslau Martins de Oliveira e Sousa
- Carlos Manuel Moreira Batalha
- Carlos Marques Taleço
- Cristina Maria Carvalho Batista Vasques Rodrigues
- Eduardo Assunção Pereira
- Ilídio Fernandes Ferreira *
- João Pedro Nunes Carvalho *
- João Toscano Piçarra
- Joaquim Silvino Pato Caçoete
- José Calado Gertrudes
- José Justiniano Taboada Braz Pinto*
- José Manuel Bracinha Vieira
- José Manuel Conceição Charneira
- Lúcio da Costa Calha
- Luís Manuel Marques Rosa*
- Maria da Natividade Charneca Coelho
- Maria Emília da Silva Catita
- Mário da Silva Nery
- Nuno Cabrita Duarte Pacheco*
- Pedro Manuel Cândido da Silva
- Octávio Joaquim Coelho Machado

**Antigos Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela (apresentados
por ordem alfabética)**

- Esterlando Cardoso Pinto *
- Fernando António Figueira Baião
- João Gabriel da Conceição Batista
- João José Cardoso*
- Joaquim António Madureira Ricardo
- José Augusto Delgadinho Azenha*
- Joaquim da Conceição Simões
- José da Cruz Silvério
- Manuel Joaquim Fernandes Lagarto
- Maria Fernanda Pereira Esfolha dos Santos
- Sérgio Manuel Cardoso de Almeida
- Valentim Rodrigues Pinto

Presidentes das Assembleias Gerais das Associações de Bombeiros do Concelho de Palmela (apresentados por ordem alfabética)

- Arnaldo Marques da Silva
- Manuel Frade
- Rui Laranjeira

Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho

- Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos
- Agrupamento de Escolas de Palmela
- Agrupamento de Escolas José Saramago
- Escola Secundária de Pinhal Novo

Desenvolvimento Sociocultural

- Associação Académica Pinhalnovense
- Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo
- Associação de Dadores de Sangue da União de Freguesias de Poceirão e Marateca
- Associação de Dadores de Sangue de Palmela
- Associação de Moradores da Quinta da Torre - Marquesa II 1.ª Fase
- Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra Terrim
- Associação de Moradores da Urbanização "Quinta da Torre"

- Associação de Moradores de Olhos de Água
- Associação de Moradores do Lau
- Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira
- Associação de Moradores Entre Ruas
- Associação de Moradores *Palmela Village*
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores
- Associação dos Idosos de Palmela
- Associação dos Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão
- Associação dos Lares Ferroviários
- Associação Moradores e Amigos da Venda do Alcaide
- Associação Moradores e Proprietários Bairro do Pinheiro Grande
- Associação Sol Nascente - Recuperação de Toxicodependentes*
- Associação Zeca Afonso
- ATA - Acção Teatral Artimanha
- ATVK - Associação de Teatro da Vila
- Bardoadá - Grupo do Sarrafo
- Botafogo Futebol Clube
- BTTascaduxico - Associação Desportiva e Cultural
- Casa do Benfica em Palmela
- Casa do Povo de Palmela - Centro Social em Lagameças*
- Centro Comunitário de S. Pedro - Cáritas Diocesana de Setúbal*
- Centro Jovem Tejo
- Centro Social de Palmela
- Centro Social de Quinta do Anjo
- Centro Social Paroquial de Pinhal Novo
- Círio da Carregueira à Nossa Senhora da Atalaia
- Círio da Quinta do Anjo
- Círio dos Olhos de Água Associação Recreativa Cultural e Religiosa

- Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura
- Clube Desportivo e Recreativo Quinta do Padre Nabeto*
- Clube Desportivo Pinhalnovense
- Clube Portais da Arrábida
- Clube *Target Renegade*
- Comissão de Festas em Honra do Sagrado Coração de Jesus
- Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto
- Confraria da Sopa Caramela – CPN
- Confraria Gastronómica de Palmela
- Cooperativa da Produção Artística Teatro Animação "O Bando" CRL
- Coopphanjo – Cooperativa de Habitação e Construção Económica CRL*
- CPK - Clube de Pesca de Kayak
- *Crucial Simplicity* Associação Desportiva (Panteras Negras JiuJitsu)
- Exponente Melodia - Associação Recreativa
- FIAR, Associação Cultural - Grupo de Teatro Avózinhas
- Forninho Futebol Clube
- Fundação C.O.I.
- Fundação Robert Kalley *
- Grupo Carnavalesco Amigos de Baco
- Grupo Coral 1.º de Maio Bairro Alentejano
- Grupo Coral "Ausentes do Alentejo"
- Grupo Coral e Musical "Gente Boa"
- Grupo de Teatro Amador Ensaiarte
- Grupo Desportivo da Lagoa da Palha
- Grupo Desportivo da Volta da Pedra
- Grupo Desportivo das Lagameças
- Grupo Desportivo de Rio Frio
- Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa
- Grupo Desportivo e Recreativo Águias da Aroeira

- Grupo Desportivo e Recreativo Aireense
- Grupo Desportivo e Recreativo Leões de Cajados
- Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz
- Grupo Desportivo Valdera*
- Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela
- Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água
- Grupo Motard Montanhão
- Grupo Popular e Recreativo Cabanense
- H.T.R.D. - Associação de Artes do Poceirão
- Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão*
- Judo Clube do Pinhal Novo
- Moto Clube de Palmela
- Motoclube de Pinhal Novo
- Núcleo de Árbitros de Futebol de Pinhal Novo
- Núcleo dos Dadores Benévolos de Sangue dos Bombeiros Voluntários de Palmela
- Obra Social Jean Émile Anizan (Congregação das Irmãs Auxiliadoras da Caridade da Obra Social Jean Émile Anizan)
- Ordemeteórica - Associação Cultural
- Pal'Artes - Associação Cultural para o Desenvolvimento do Concelho Palmela
- Palmelense Futebol Clube
- Passos e Compassos - Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes do Espectáculo
- PIA - Projectos de Intervenção Artística, CRL
- Pinhal Novo a Correr - Clube de Praticantes
- "Questão de Equilíbrio" - Associação de Educação e Inserção de Jovens
- Quintajense Futebol Clube
- Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho
- Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo
- Rancho Folclórico de Poceirão
- Rancho Folclórico "Os Fazendeiros" das Lagameças

- Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores
- Rancho Folclórico Regional de Fernando Pó
- Santa Casa da Misericórdia de Palmela*
- Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela
- Sociedade Columbófila de Palmela
- Sociedade de Instrução Musical
- Sociedade de Recreio e Desporto da Lagoinha*
- Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio Asseiceira*
- Sociedade Filarmónica Humanitária
- Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"
- Sociedade Filarmónica União Agrícola
- Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano
- Sociedade Recreativa e Instrutiva 1.º de Janeiro - Lagoa do Calvo
- Teatro dos Barris – Associação*
- Teatro Estranhamente Louco e Absurdo*
- União Desportiva da Palhota
- União Social Sol Crescente da Marateca*

Desenvolvimento Económico

- ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
- AISET - Associação da Indústria da Península de Setúbal
- ARVPS - Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal
- Associação do Comércio Indústria Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal
- Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal
- AVIPE - Associação de Viticultores do Concelho de Palmela
- Cooperativa Agrícola União Novense
- Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas
- CVRPS – Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal

Estruturas juvenis

- Agrupamento 504 de Quinta do Anjo - Corpo Nacional de Escutas

- Agrupamento 643 de Pinhal Novo - Corpo Nacional de Escutas*
- Associação de Estudantes da Escola Secundária de Palmela*
- Associação de Estudantes da Escola Secundária de Pinhal Novo*
- Associação de Jovens Os Caramelos*
- Associação Juvenil ADONIA*
- Associação Juvenil COI (AJCOI)
- Associação Juvenil ODISSEIA
- Associação Juvenil "Os Indiferentes"*
- Grupo 40 - Palmela - Associação de Escoteiros de Portugal

Intervenção Política e Cidadã

- Associação 25 de Abril
- Conselho Português para a Paz e Cooperação
- Liga dos Combatentes (Núcleo de Pinhal Novo)
- Movimento Democrático das Mulheres
- União de Mulheres Alternativa e Resposta
- União de Resistentes Antifascistas Portugueses
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas
- Associação PRAVI – Projeto de Apoio à Vítima Indefesa
- Quintinha ABC – Associação Protetora dos Animais
- Associação Azáfama ao Rubro*

Personalidades (apresentadas por ordem alfabética)

- Alexandrina Pereira
- Aníbal de Sousa
- António Rodrigues Correia
- Aureliano de Carvalho
- Cláudia Aldegalega
- Desidério Macau
- Duarte Fortuna

- Francisco Alves Rito
- Francisco Atalaia
- Francisco Cardoso
- João Brites
- João Pedro Silva
- João Reis Ribeiro
- Jorge Salgueiro
- José Manuel Rosendo
- Jusepa Apolloni
- Leonor Freitas
- Luís Canguero
- Manuel Costa
- Paulo de Carvalho
- Paulo Jorge Oliveira
- Raul Tavares
- Tarquínio da Silva Reis

*Aguarda-se aceitação formal ao convite endereçado pelo Município de Palmela.

O **Sr. Presidente** efetua uma breve explicação quanto à Constituição da Comissão de Honra das Comemorações do 50º Aniversário do 25 de abril. Dá nota que os considerandos da proposta estão em alinhamento, na prática, com aquilo que são as questões do poder local democrático, do associativismo, do conjunto de dinâmicas cidadãs que localmente consolidam o processo democrático e o desenvolvimento local. Refere, por isso, que consideraram importante ter uma Comissão de Honra alargada, porque não quiseram excluir, à partida, nenhum setor, que tem feito a história da democracia no concelho. Mais refere que consideraram essencial o envolvimento e a participação de várias personalidades e entidades que têm trabalhado localmente e projetado Palmela nacional e internacionalmente, de vários setores, ex-eleitos, nomeadamente as presidências de Câmara Municipal, de Junta de Freguesia, de Assembleia Municipal, ainda vivos, ex-veredores, mas também todas as estruturas associativas, IPSS (Instituto Particular de Segurança Social), juvenis, cultura e recreio, independentemente da sua longevidade e da apreciação que cada um possa fazer sobre a dinâmica e objeto social.

Informa que, para o executivo, o associativismo, seja de moradores, seja em torno de um objeto desportivo, de uma finalidade social, cívica ou outra, é um processo que emana da democracia, da escolha, das eleições, das assembleias, dos programas de trabalho e uma escola de comportamento democrático.

Mais informa que foi consultada a Assembleia Municipal e a Conferência de Líderes, tendo sido explicados os pressupostos da constituição da Comissão, que tem sobretudo a função, não apenas de honrar o percurso da democracia no concelho de Palmela, mas também o poder, de uma forma consultiva opinar, validar, propor um conjunto de iniciativas que, de uma forma transversal, ponham o Concelho, já a partir do próximo fim de semana a comemorar Abril até final do ano de 2024.

Crê que o associativismo e todas as entidades que integram a Comissão de Honra já fazem "Abril" todos os dias, mas terão alguns marcos de intervenções. Comunica que irá deixar à propositura dos membros da Comissão de Honra, ideias para uma Comissão Executiva, sobretudo com equipas municipais, para elaborar um programa que terão a responsabilidade de concretizar com os meios que se colocarão ao seu dispor. Mesmo tratando-se de muita gente, informa que faltam algumas confirmações (a proposta já está desatualizada, pois já tem mais uma associação que irá responder) e que algumas hesitações da parte das associações devem-se a processos eletivos e algumas atuais direções que não querem estar a assumir, pois têm receio que não seja a mesma direção no futuro, apesar de ter sido explicado que o nome é da associação e não dos membros da direção.

Relativamente às personalidades, considerando a sua importância, refere que ainda aguardam por algumas confirmações e, por isso, não quiseram deixar de ter os nomes, apesar de ainda não terem tido resposta.

Considera as propostas e os contributos da Assembleia Municipal e da Vereação oportunos e faz um resumo da proposta:

Eleitos em exercício de funções nos órgãos municipais e nos órgãos de freguesia: presidente, vereadores, presidentes e líderes de bancada; presidentes de junta; ex-presidentes do Município e ex-presidentes da Assembleia Municipal; ex-vereadores/as; ex-presidentes de juntas de freguesia; presidentes das Assembleias Gerais das Associações de Bombeiros do Concelho de Palmela (estão a falar de associações que já receberam a mais alta distinção do Concelho e por isso o convite a essas entidades); diretores/as de Agrupamentos de Escolas do Concelho; representantes do movimento associativo, sociocultural; Associações de Moradores; Associações e Estruturas Juvenis; IPSS (Instituto Particular de Solidariedade Social); representantes do setor económico; entidades com intervenção política e cidadãos - diversas personalidades com reconhecido serviço prestado à comunidade, pelo seu desempenho relevante que contribuíram para o aprofundamento da vivência democrática no concelho de Palmela e no País.

Cita algumas entidades que são representativas de muitas outras que existem no território: ADREPES; AISET (Associação da Indústria da Península de Setúbal); ARVPS (Associação da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal); Associação de Comércio e Indústria, Serviços e Turismo; Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal; AVIPE (Associação de Viticultores do Concelho de Palmela); Cooperativa Agrícola União Novense; Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas; Comissão Vitivinícola Regional.

A nível mais macro e nacional: Associação 25 de Abril; Conselho Português para a Paz e Cooperação; Liga dos Combatentes Núcleo de Pinhal Novo; Movimento Democrático das Mulheres; União de Mulheres Alternativa e Resposta; União de Resistentes Antifascistas Portugueses.

No que concerne às personalidades, comunica que integra a Comissão de Honra um conjunto de personalidades ligadas ao jornalismo, à cultura, à cidadania, à história local, à música, às atividades económicas, ao património, às artes e pessoas com uma forte ligação à democracia.

Acrescenta ainda que se propõe que o presidente da Comissão de Honra seja o presidente da Câmara Municipal de Palmela em exercício de funções e mandar a Comissão para contribuir na reflexão e subsequente construção de um programa integrado das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Conclui que assume a sua culpa, e propõe à consideração, nas entidades a nível nacional, a integração de uma entidade que não transmitiu aos serviços e que gostava que se pudesse considerar, pois pensa que todos concordarão: a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (na lógica do legado e do testemunho que têm, tal como outras que fazem parte, nomeadamente a Liga dos Combatentes), e pela vivência na Guerra Colonial.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Prestação de Contas 2022.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_10-23:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2022, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2022 reflete a manutenção da tendência de crescimento da receita municipal iniciada em 2017 e cujo ritmo e fundamentos se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2022 e GOP 2022-2026, embora o valor arrecadado no ano 2022 – 68 milhões de euros –, cerca de 5 milhões de euros superior ao do ano anterior, tenha excedido as estimativas iniciais em cerca de 8 milhões de euros. Este crescimento da receita acima do estimado fica a dever-se, no essencial, a dois fatores: ao aumento muito significativo da receita do IMT, que atinge o maior valor sempre (superando inclusivamente a receita do IMI, o que nunca antes tinha ocorrido), e ao aumento das transferências do orçamento de estado, em resultado do início do exercício de novas competências, em particular na área da educação, e do pagamento de verbas retidas do Fundo Social Municipal.

Importa, contudo, sublinhar, que no caso do IMT estamos claramente perante um episódio conjuntural, que dificilmente se repetirá no futuro – pelo mesmo com a expressão verificada em 2022 –, e que as transferências resultantes da assunção das novas competências se destinam a financiar nova despesa (em particular de pessoal), não resultando por isso num acréscimo líquido da receita municipal.

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 62,6 milhões de euros em 2022, verificando-se um crescimento de cerca de 7,9 milhões euros em relação ao registado em 2021. Este crescimento das receitas próprias deve-se aos já referidos aumentos das transferências do orçamento de estado e do IMT.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 32,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 47,7% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 7 milhões de euros, relativamente ao ano 2021.

As Taxas, Coimas e Penalidades registam o segundo maior valor do quadriénio (2,6 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 3% (+336 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 42% (+4,7 milhões de euros), pelos motivos já referidos (pagamento das verbas retidas do FSM e transferências de competência).

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 68 milhões de euros e uma despesa de cerca de 64,8 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 3,2 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2021 no valor de cerca de 16,76 milhões de euros, transitando para 2023 um saldo de 19,9 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 104,9%, pelos motivos antes enunciados.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 64,8 milhões de euros, mais 13,8% que no ano 2021, dos quais 37,4 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções

do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 79,5%.

As despesas com pessoal, no valor de 24,4 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 37,7% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 1.214 trabalhadoras/es (mais 267 do que em 2021). Esta situação é resultante, no fundamental, do aumento de trabalhadoras/es no âmbito das transferências de competências da educação.

A Aquisição de Bens de Capital, registou um valor semelhante ao de 2021 (em termos absolutos, +39 mil euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (13,1 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 18,4 milhões de euros, aumenta 15,6% em 2022 (+2,5 milhões de euros) comparativamente ao ano 2021. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal em virtude do fim das restrições da pandemia. De referir que em 2022 se registou um aumento significativo na área da remoção e tratamento de resíduos sólidos.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2022, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,912 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 5,1 milhões de euros, não estando incluídos neste montante, receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se**, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2022, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25º, do RJAL.»

Após a apresentação da proposta, o Sr. Presidente faz uma nota explicativa sobre o documento de Prestação de Contas 2022.

Resume, na lógica das execuções do orçamento, pois considera alguns aspetos nos seguintes indicadores:

- No funcionamento dos órgãos, 85% das propostas aprovadas por unanimidade; a execução da receita ultrapassou os 100%, por via das receitas extraordinárias (que foram explicadas), 104,9% e desceram a execução 79,5%.

Apela para a consulta e interligação com o que foi explanado na página 18, num quadro que refere, precisamente, quais são os desvios:

- na concretização dos impostos diretos, com as receitas extraordinárias;
- na venda de bens e serviços e apesar dos preços, um aumento de 450 mil euros (que também tem a ver com mais pessoas ligadas ao sistema, mais consumidores e por isso dá nota da dinâmica urbanística do território);
- a venda de bens de investimento de 317 mil euros;
- recuos nas penalidades, 840 mil euros e nas transferências correntes e de capital.

Sublinha, porque considera importante, que 57,8% da despesa, foi afeta diretamente:

- às GOP's (investimento e atividade concreta);
- aquisição de bens de capital 20,2%;
- aquisição de bens e serviços 28,4% (quase tudo, de grandes volumes, pois dizem respeito à Simarsul, Amarsul, transportes escolares, energia entre outros).

Destaca, novamente, os 12,8 milhões de euros de investimento.

Refere que as transferências de subsídios a um conjunto de entidades, associações e instituições atingiram quase 1 milhão de euros.

Aponta alguns desvios, na aquisição de bens e serviços, motivados pelos compromissos dos últimos meses do ano que não foram faturados pelas empresas (empreitadas em execução) ou cuja faturação estava em conferência e pelo facto dos concursos para aquisição de viaturas de trabalho, de maquinaria, de grandes reparações e de novas viaturas, cujos atrasos nos prazos e nas entregas acabaram por ter a execução física e financeira já no ano de 2023, situações que estão devidamente documentadas e registadas no relatório.

Apresenta ainda como facto os atrasos que se registam nas obras e as consequentes necessidades de prorrogação, cujas fundamentações das empresas têm sido aceites, pois estão comprovadas e verifica-se a existência de problemas nas entregas das matérias primas e de equipamentos (sobretudo equipamentos elétricos e eletrónicos). Explica também que os aumentos brutais dos preços que levaram a uma sucessão de vários concursos desertos, que motivou a repetição dos concursos que, não tendo sido adjudicados no primeiro semestre do ano, ao serem adjudicados e consignados, quase nos últimos meses do ano, também não foram tiveram praticamente execução

Deixa dois exemplos para justificar este desvio: o Pavilhão da Escola Secundária de Palmela, cuja adjudicação verificou-se no início do Verão, foi consignado em setembro e realizou-se o lançamento da primeira pedra. O prazo está a decorrer, mas a empresa só começou efetivamente os trabalhos na viragem do ano. Esta situação motivou que não houvesse execução do orçamento

que estava previsto no ano de 2022, situação que levou o reforço do orçamento do ano de 2023, na sua primeira revisão, que já foi aprovada.

Apresenta ainda outro exemplo que entrou no orçamento no final do ano: a obtenção do financiamento, aprovado em Conselho de Ministros, como obra estratégica, a 2.ª fase da Regularização da Ribeira da Salgueirinha. Esclarece que, quando se faz a extensão de encargos e publicam a Portaria em Diário da República em outubro, entra obrigatoriamente no orçamento. Embora se trabalhe muito nesse projeto, ainda não foi realizada uma única despesa, ou seja, estão centenas de milhares de euros que não podem ser executados. Conclui, informando que irá ser lançado, muito em breve, o primeiro procedimento (de estudos, de projeto, de empresa para tratar de expropriações) e esta execução também só acontece quase um ano depois.

Assume que algumas questões não avançaram, por manifesta falta de recursos humanos.

Apesar de considerar que gostaria de ter uma maior percentagem de execução, refere que quando se fazem comparações com outros municípios da AML (Área Metropolitana de Lisboa), Palmela é dos que tem uma maior taxa. Desconhecendo se essa situação irá verificar-se em relação ao ano de 2022, tem conhecimento que outros municípios também se queixam das mesmas questões nos fóruns onde estão, incluindo a dificuldade de aplicação das verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Apresenta ainda outra dificuldade de execução onde existe um desvio, referente à aquisição de terrenos e casas para reabilitar, mesmo tendo a Câmara Municipal, apesar das dificuldades do mercado, conseguido efetuar algumas aquisições (apenas foi possível comprar nas situações em que se exerceu direito de preferência). Identifica que, dos apartamentos comprados, a Câmara Municipal está a tratar da sua reabilitação e, muito em breve, depois da aprovação do regulamento, irá colocá-los em arrendamento apoiado e a custos controlados.

Alerta que o montante de 19 milhões de euros, tal como foi aprovado na primeira revisão ao orçamento, 17 milhões de euros estão no orçamento do presente ano e já se encontram a ser utilizados.

Refere que questões como o aumento na construção da habitação, 12,5%, o preço dos materiais, 17,6% e mão-de-obra, 6,8% (não existe especializada), são fatores que dificultam a realização de algumas empreitadas. Informa que o Governo viu-se forçado a legislar um regime especial de revisão de preços e contratação.

A acrescentar a estas informações, deixa o exemplo de obras que se encontram há três anos para executar e a Câmara Municipal não as consegue concretizar, por problemas que têm com as entidades licenciadoras. Reforça que a Infraestruturas de Portugal, entre outras entidades, são quase um Estado dentro de outro Estado, protelando o parecer de um conjunto de obras estratégicas que existem, dando como exemplo a Ciclovia de Cabanas, cujo parecer ao projeto,

ainda com alguns reparos, chegou há dois meses, estando a Câmara Municipal a preparar o procedimento.

Aponta também a ligação ciclável a Setúbal, que está bloqueada pela Infraestruturas de Portugal, estando na iminência de tomar a decisão de se efetuar apenas uma parte, enquanto se continua a esgrimir soluções técnicas, das quais não está de acordo (porque não é o que a população quer) com a Infraestruturas de Portugal.

Refere ainda um conjunto de obras de infraestruturas, uma delas anunciada, que ainda espera licenciamento, porque o processo de licenciamento e as obrigações e o tipo de materiais a utilizar nas empreitadas é decidido pela Infraestruturas de Portugal. Exemplifica com uma grande empreitada de esgotos na Lagoinha (no ano passado) que, depois de tantas dificuldades de licenciamento, o empreiteiro acabou por desistir, o que levou a Câmara Municipal a lançar novo concurso. Justifica que a empresa que desistiu, fê-lo não só pelas dificuldades de licenciamento, mas também pela paragem de trabalhos e pelo aumento dos preços.

No entanto, esclarece que apesar dos constrangimentos, a percentagem de execução não diz tudo. O volume absoluto de compromisso que se tinha de investimento situava-se na ordem dos 15 milhões de euros e foram executados quase 13 milhões, mais concretamente 12,8 milhões de euros.

Manifesta a sua felicidade pelo facto de existirem muitas obras concluídas ou, finalmente, iniciadas, sendo na sua generalidade plurianuais, pelo que considera normal a passagem de um ano para o outro.

Esclarece a forma como deve ser interpretado o saldo, pois o mesmo estará comprometido com as intervenções que têm de ser concretizadas, dando como exemplos alguns adiamentos e obras que só têm financiamento de 40% no âmbito do Portugal 2030 e outras que não tem qualquer financiamento.

Destaca o facto de estar no segundo ano do mandato e ainda não se ter falado empréstimos, o que significa que o montante do saldo está a ser canalizado para aquilo que entende ser necessário, evitando o recurso banca, embora entenda que, no futuro terá de recorrer, pois existe essa necessidade. Destaca ainda o aumento da capacidade de endividamento, fruto das opções de gestão tomadas, e o saldo de gerência ser 10 vezes o valor da dívida a curto prazo a fornecedores.

Dá nota que o presente equilíbrio financeiro, prende-se também com os bens de capital e no investimento. Recorda que durante de muitos anos, fruto de contextos, economia, circunstâncias, das "troikas" e outras situações ilusórias, como as taxas resultantes das dinâmicas urbanísticas (que nunca pagarão as despesas que daí decorreram), a autarquia só conseguia efetuar investimentos com recurso a empréstimo. Em 2022 existiu uma capacidade de autofinanciamento que foi a maior de sempre - 8.833.779,60 € -, situação que faz questão de realçar, pois em

reunião de Câmara Municipal e na sessão da Assembleia Municipal, há uns anos, existiu quem dissesse que só se fazia obra com recurso a empréstimo. Refere que esta situação significa que existem outras necessidades, como licenciamentos, estabilização da economia, capacidade das empresas para executar mais e fazer mais depressa, que não é por incapacidade para redirecionar o dinheiro para aquilo que não faz falta.

Sublinha que a autarquia tem vindo a crescer, nas áreas que são as funções sociais, das necessidades básicas das pessoas e nas políticas sociais, que são transversais, desde a água até à educação, aos transportes (o Passe Navegante que passou a ser uma responsabilidade municipal, o Estado progressivamente paga menos no Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes e coloca as autarquias a investir no transporte rodoviário coletivo) sendo também uma política social o facto de termos um passe de 40 € para a Área Metropolitana de Lisboa (que voltou a não aumentar por decisão da maioria dos municípios).

Esclarece que houve também um aumento muito significativo da atividade, que está plasmada na introdução do documento.

Alerta para a necessidade de se revistar os indicadores e os rácios de natureza económica e financeira e outros, tendo existido indicadores com ligeira descida que se prende com o aumento do número de trabalhadores que se passou a incorporar e com a atualização do número de habitantes. Considera estes números todos importantes e, por isso, merecem uma leitura crítica no sentido de se procurar melhorar de ano para ano. Considera-os muito positivos, comparativamente com outros momentos mais difíceis, destacando o aumento do investimento e do nível de atividade por habitante, que traduz que, devendo uma entidade pública prestar serviços aos cidadãos e investir no território, não se consumiu a receita apenas com o funcionamento.

Relembra que o Município não tem dívidas, nem tem pagamentos em atraso (entende-se, mais de 90 dias), existindo pagamentos em conferência que os faz dentro do prazo legal. Informa que o prazo médio de pagamento, possível apurar na DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), é de 19 dias (informação da Conta de Gerência de 2019) e adianta que tem vindo a fazer um esforço para a sua redução, esperando que, quando os próximos números forem publicados, revelem esse esforço.

Nas Grandes Opções do Plano, destaca as percentagens de execução nas funções sociais, que continuam a ter uma percentagem significativa do orçamento da autarquia, distribuindo-se da seguinte forma:

- Educação, 17,84%;
- Saúde, 0,52% - pede que se faça uma leitura com lisura, porque a autarquia não tem competências. Relembra que já existiram grandes execuções na saúde quando a Câmara Municipal substituiu o Estado na construção dos Centro de Saúde. Quanto à Unidade de

Saúde Familiar de Quinta do Anjo deseja que se assine o Protocolo e que se publique o aviso, para que seja colocado em orçamento e se lançar a obra, cujo projeto está pronto;

- Segurança e Ação Social, 1,38% - considera ínfimo, na lógica da ação social, mas os grandes investimentos nessa área estão nos 17,84% da Educação e na Habitação que subiram. Realça que a Habitação não está relacionada com a Estratégia Local de Habitação. A Habitação integra o Centro Histórico e outros serviços coletivos; Ordenamento do Território, 0,97% - neste momento, a verba disponível no Ordenamento do Território é para pagar a monitorização do PDM – Plano Direito Municipal, para os anos seguintes e o regulamento final quando for para discussão pública;
- Saneamento, 16,50%
- Abastecimento de Água, 7,72%;
- Resíduos Sólidos, aumentou e passou a ter uma maior expressão, pois as questões do ambiente, do tratamento, triagem assumem-se como um investimento crescente;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (relacionado com a dinâmica social, associativa, cultura, desporto, tempos livres, juventude), 14,87%;
- Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (paisagismo, espaços verdes e outro tipo de obras que não propriamente proteção do ambiente). Refere que a proteção do ambiente começa em instrumentos de ordenamento do território, noutro tipo de ações como “Pulmões Verdes” e “Replantações” ou em obras que estão distribuídas por outras rubricas do orçamento;
- Destaca igualmente as transferências para as Juntas de Freguesia, referindo-se à delegação de competências e alerta que, no futuro, o quadro sofrerá alterações e irá baixar, porque a verba que consta atualmente, passou a ser transferência de competências e é retirada do Orçamento Municipal, desconhecendo a forma de contabilização, pois será retirado do Orçamento Municipal pela DGAL que, por sua vez, transfere para as Juntas de Freguesia. Alerta que existem muitas competências que não foram transferidas e que continuam do município, estando delegadas por contrato inter-administrativo e de acordo de execução. Informa que foram transferidas para as Juntas de freguesia, 1.342.880,09€.

Refere que estas são as questões de apreciação genérica sobre os assuntos de ordem financeira, orçamental e de opções políticas de execução das Grandes Opções do Plano.

Acrescenta que existe um documento de introdução que procura sistematizar todo o trabalho, o conjunto de novas obras, a forte execução na rede viária, equipamentos coletivos, o aumento de dinâmicas culturais, sociais, associativas, de promoção do território, mas, sobretudo, também o investimento nas famílias, por via direta e indireta – Cabaz Solidário Saudável, fornecimento de refeições quentes, apoios sociais, bolsas de estudo, discriminações positivas na Ação Social

Escolar. Refere que dos compromissos assumidos, alguns que só terão expressão financeira no presente ano, das participações do conjunto de obras de IPSS (Institutos Particulares de Solidariedade Social) que concorreram e viram os seus projetos aprovados pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e que o Município, para que não ficassem “a meio”, irá assumir esses investimentos, para que as obras se concretizem (virão em contrato-programa já no presente ano pois não foi possível serem feitos no ano transato).

Mais do que fazer o reportório da enorme dinâmica e conceção de projetos que vão marcar o mandato ao longo dos próximos anos, considera que foi um ano de muitas consolidações, de novas candidaturas e de projetos, que se reveste em trabalho da organização.

Reforça que o tempo passa depressa e o apoio que foi dado à saúde, no combate à Covid-19. Lembra que, nos primeiros seis meses do ano de 2022, ainda existiram problemas e condicionantes relacionadas com a Covid-19. Lembra, igualmente, que existiu um pico de mortalidade nos dois primeiros meses de 2022, que levou a que a organização se esforçasse, trabalhando, não tanto para os seus projetos próprios, mas para a comunidade, num conjunto de parcerias que nos ajudaram a resistir, a vencer e a ultrapassar a provação e desafio, a cada um, pessoalmente, mas também às instituições, ao Estado e ao Estado Local.

O Sr. Presidente dispensa a leitura da Introdução, reproduzindo-se a mesma em ata como a seguir se indica:

Introdução à Prestação de Contas 2022

"O primeiro ano do presente mandato saldou-se como um período de atividade intensa, que conjugou projetos de continuidade e muitas novidades, a entrada em funcionamento de novos equipamentos e respostas municipais, o investimento em melhores condições de trabalho e a conclusão de vários documentos normativos, no cômputo de um esforço global de atualização, revisão ou criação de instrumentos que concorram para um serviço público cada vez mais célere, eficaz e transparente.

A transferência de competências da Administração Central, na área da Educação teve forte impacto interno, enquanto a preparação para a assunção de novas competências nas áreas da Ação Social e Saúde continuou a exigir um enorme esforço negocial e de preparação. Em 2022, concretizou-se, também o processo de transferência de competências e recursos municipais para as Freguesias, num modelo que, não sendo o ideal, cumpre o princípio da subsidiariedade e contribui para uma maior autonomia destas freguesias. No total, entre Transferência de Competências, Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, o Município transferiu mais de 1,3 ME para as Juntas do Concelho.

A Organização continuou mobilizada para a captação de fundos comunitários e financiamentos externos, a aplicar no desenvolvimento do território, sendo de destacar, pela sua abrangência, a

Operação Integrada Local, que se traduz em mais de 6,5 ME a investir na área das Freguesias de Poceirão e Marateca, na sequência de um projeto fortemente participado pela comunidade e que terá reflexos diretos no aumento dos índices de desenvolvimento da zona rural.

Além da COVID, que ainda marcou, com alguma intensidade, o primeiro semestre do ano, outras questões inesperadas motivaram a intervenção rápida e o acompanhamento subsequente do Município, em articulação com múltiplas entidades, como o acolhimento de pessoas refugiadas da guerra na Ucrânia ou o incêndio de 13 de julho. Não obstante, o relatório em análise espelha bem a profusão de atividades e concretizações do Município e entidades parceiras, em sintonia com as necessidades do território e as expetativas da população.

Fortemente empenhado na localização, disseminação e cumprimento efetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, o Município de Palmela deu passos importantes no âmbito da cooperação transnacional, reforçando laços já existentes e abrindo caminhos de partilha e interajuda, bem como estabelecendo novas relações e compromissos. Sustentabilidade, inclusão, partilha e capacitação foram - muito mais do que palavras - conceitos sempre presentes, de forma holística, no trabalho municipal, que continua a pugnar por um Concelho mais feliz, coeso e preparado para o futuro, sempre com a Paz e os valores de Abril como farol.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A entrada em produção, a 18 de outubro, dos Serviços on-line de Urbanismo, que disponibilizam 119 formalidades, foi um passo importante na vida da Organização, que caminha, transversalmente, no sentido da desmaterialização de processos. Globalmente, verificou-se um aumento superior a 70% do recurso aos Serviços on-line em 2022. Não obstante, e depois de dois anos de restrições, os balcões de Atendimento Municipal realizaram cerca de 57 mil atendimentos presenciais (e mais 10 mil na Loja do Cidadão) e perto de 29 mil contactos telefónicos, tendo-se reforçado o atendimento telefónico mediado. O investimento em aquisição de equipamento informático cresceu 150%, permitindo ultrapassar necessidades recenseadas no ano anterior e não satisfeitas devido a problemas na cadeia de fornecimento. Deu-se continuidade ao trabalho na área da Cibersegurança, sendo de realçar a elaboração de diagnóstico das capacidades da Organização nesta matéria, a aplicação de medidas adicionais de alerta e defesa e a designação de Responsável de Segurança. Em parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança, foi promovida a conferência nacional "Os Desafios e a Segurança na Sociedade Digital", com cerca de 300 participantes.

Por via da transferência de competências, na área da Educação, foram integradas/os 269 trabalhadoras/es das escolas, a 1 de abril, a que se somam 54 admissões por via de procedimento concursal. A 31 de dezembro de 2022, a Câmara Municipal de Palmela contava 1.214 trabalhadoras/es – o maior número de sempre. Considerando a formação profissional como componente essencial para a valorização e capacitação para novas necessidades e desafios,

procurou-se facilitar melhores oportunidades e respostas, nomeadamente, por via de ações desenhadas à medida e desenvolvidas em contexto de trabalho, com forte componente prática, registando-se mais de nove mil horas de formação e o maior número de participações do quadriénio. Foi firmado um Protocolo de Colaboração com as Juntas de Freguesia para concretização do Plano de Formação e desenvolveu-se o processo de renovação da certificação enquanto Entidade Formadora.

Com o fim das restrições, os processos participativos promovidos, sob o chapéu "Eu Participo!", puderam regressar ao formato original, com maior proximidade. Além das cinco Semanas dedicadas às Freguesias, encerrou-se o processo relativo, ainda, a 2021 e cumpriu-se o ciclo 2022 de apresentação de propostas, debate e votação, com assembleias públicas e o apoio, pela primeira vez, da nova plataforma digital, onde é possível aceder a notícias, pontos de situação, submissão de propostas e votação on-line ou sms. A reunião geral de trabalhadoras/es e as sessões presenciais de maio e outubro, em diferentes locais e horários, reforçaram a comunicação interna e permitiram uma abordagem mais aprofundada. O projeto dedicado às crianças e jovens passou a envolver mais níveis de ensino e suportes de comunicação e foi reestruturado enquanto "Escola Agentes Eu Participo!", com "missões" escolhidas pelas crianças e baseadas nos temas da atualidade que lhes despertam mais interesse. Para capacitar as/os docentes entre o pré-escolar e o 3.º ciclo, o Município promoveu uma formação e-learning sobre "Educação em Direitos da Criança e em Cidadania Democrática". De forma transversal a toda a organização, deu-se início à implementação do projeto "Os Direitos Habitam nas Histórias", de literacia em direitos da população infantil e juvenil para toda a comunidade, favorecendo hábitos de leitura e o desenvolvimento da linguagem, criatividade e cidadania.

Em 2022, avançou a implementação do Plano Municipal de Igualdade e Não Inclusão, destacando-se ações públicas como o programa comemorativo do Dia Municipal para a Igualdade, três fóruns comunitários com jovens nas Secundárias de Palmela e de Pinhal Novo e na EB José Saramago, no âmbito do "Março a Partir", e quatro ações de formação para pessoal não docente (160 pessoas) de todos os níveis de ensino, com o objetivo de integrar a perspetiva de género, prevenir e desconstruir estereótipos de género em contexto escolar. O Município integra a Rede de Autarquias para a Igualdade, projeto inovador que reúne nove municípios portugueses e o Centro para o Género e a Igualdade da Universidade de Agder, na Noruega.

O apoio às Associações de Bombeiros do Concelho consubstanciou-se financeiramente, em 2022, num pacote global superior a meio milhão de euros, incluindo o aumento da comparticipação ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, a atualização do pagamento dos seguros das viaturas de emergência e a comparticipação das Equipas de Intervenção Permanente (EIP). Acrescem 89 mil euros, distribuídos pelas três associações, para apoio ao investimento. O Município foi ao encontro das expectativas manifestadas, com vista à constituição de uma segunda EIP em cada corporação, e obteve a aprovação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. No âmbito da resposta à COVID-19, manteve-se a colaboração institucional e o forte apoio

técnico e logístico, com vista ao funcionamento do Centro de Vacinação (assegurando-se a coordenação), às ações de vacinação e testagem e visitas de acompanhamento em lares e às ações de vacinação descentralizada, com recurso à Unidade Móvel de Saúde (UMS). Outros riscos exigiram atenção permanente, tendo-se assegurado a limpeza de bermas e caminhos na área do Parque Natural da Arrábida, bem como a identificação e limpeza de terrenos privados, em substituição de proprietárias/os. Em resposta ao grave incêndio de 13 de julho, assegurou-se a coordenação de meios municipais no teatro de operações e ações de rescaldo, bem como o processo subsequente (identificação de prejuízos, acompanhamento da população afetada, coordenação de ações de limpeza e apoio à comunidade, reuniões com entidades, etc.).

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

O arranque da empreitada de construção do Pavilhão Desportivo para a Escola Secundária de Palmela - que ficará, também, ao serviço da comunidade - representou a concretização de uma ambição antiga e fez história em 2022. São de referir, também, intervenções como o ensombramento dos logradouros do pré-escolar e 1.º ciclo da EB Bairro Alentejano, a remodelação do logradouro do pré-escolar e beneficiação da cobertura da EB Salgueiro Maia ou a resolução de patologias nas EB António Matos Fortuna, Cabanas e Águas de Moura, no âmbito da garantia das respetivas empreitadas de ampliação e requalificação. Manteve-se o investimento em mobiliário escolar e material didático para escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância, bem como nos Espaços de Jogo e Recreio escolares, tendo-se reabilitado os das EB de Cajados, Alberto Valente e João Eduardo Xavier e instalado novos na EB Salgueiro Maia e nos JI Vale da Vila e n.º1 Olhos de Água.

A reconquistada liberdade pós-Covid devolveu a dinâmica às escolas, que participaram, de forma entusiástica, em projetos como o Fantasiarte, a Receção à Comunidade Educativa, os Jogos Desportivos Escolares (com mais de duas mil participações em várias modalidades) ou o "Aprender a Nadar", com três cursos de dez aulas cada, no presente ano letivo, registando-se a participação de 1.617 alunas/os (2.º ao 4.º anos). A utilização da plataforma SIGA foi alargada a todos os níveis de ensino e passou a disponibilizar mais serviços, para maior comodidade e fácil acesso às famílias e às escolas. Na atribuição de transportes escolares, o Município manteve a discriminação positiva e o apoio às crianças que frequentam o pré-escolar no Agrupamento José Saramago e, por via, da transferência de competências, assumiu o transporte de alunas/os com necessidades específicas.

Os Auxílios Económicos Diretos apoiaram 839 alunas/os e foram oferecidos 2.373 Cadernos de Atividades nas escolas de 1.º ciclo da rede pública. Com a integração das escolas de 2.º e 3.º ciclos e Secundárias no programa de Alimentação Escolar, no início de setembro, o Município passou a fornecer 3.480 refeições diárias (ao invés das 2.850 registadas no ano letivo anterior) e a procura continuou a crescer, tendo-se atingido, no final do ano civil, cerca de 3.780. Na pausa

letiva do Natal, o fornecimento de refeições abrangeu 291 crianças e alunas/os que beneficiam de Ação Social Escolar.

Em 2022, deu-se início à execução do projeto para a construção da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, e a UMS, além da já mencionada vacinação, levou 14 ações de rastreio, promoção de hábitos de vida saudáveis e literacia em saúde a comunidades mais isoladas, afirmando-se, cada vez mais, como um recurso valioso. No âmbito da colaboração com entidades externas, destaca-se o apoio ao PORTHOS – Estudo da prevalência de insuficiência cardíaca em Portugal, pela Sociedade Portuguesa de Cardiologia, e ao rastreio de cancro da mama pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, que abrangeu 1.438 mulheres. Internamente, a transferência das/os trabalhadoras/es da área da Educação, que antes não usufruíam de Saúde Ocupacional, justificou a deslocação da UMS às escolas para realização de exames de diagnóstico e consultas de medicina e enfermagem. No âmbito da campanha "Saúde Primária", foram realizadas atividades de diagnóstico e avaliação de parâmetros de saúde a 366 trabalhadoras/es, e a campanha "Novembro Azul" permitiu a realização da análise PSA total a 50 trabalhadores acima dos 45 anos. As/os assistentes operacionais do Agrupamento de Escolas e Secundária de Palmela participaram em ações de formação sobre técnicas de socorro e realizaram-se sessões de esclarecimento sobre riscos profissionais junto de novas/os trabalhadoras/es afetas/os às áreas operacionais. Merece, ainda, destaque o trabalho desenvolvido, de forma transversal, em torno da Saúde Mental, com 150 consultas de Psicologia, visitas técnicas para avaliação de postos de trabalho, formação para diversos públicos e um ciclo de conversas para a comunidade.

Distinguido, pelo 6.º ano consecutivo, como "Autarquia + Familiarmente Responsável", o Município cedeu terrenos à Santa Casa da Misericórdia de Palmela para construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia e à Fundação COI para uma Estrutura Residencial Assistida/Habitação Colaborativa para pessoas idosas ou portadoras de deficiência com autonomia (no âmbito da Estratégia Local de Habitação). Com o regresso ao tão necessário contacto direto, as iniciativas de animação, formação, promoção da intergeracionalidade e educação ao longo da vida registaram forte recetividade, sublinhando-se cerca de 900 participações no programa "Outubro Maior". Foram realizadas quatro distribuições do "Cabaz Solidário Saudável", para uma média de 470 pessoas, em articulação com a Rede Social, e o Centro Local de Apoio à Inclusão de Migrantes de Palmela realizou 240 atendimentos, muitos deles de forma descentralizada. O apoio a pessoas refugiadas da guerra na Ucrânia envolveu toda a Organização, que assegurou atendimento social, recolha e distribuição de bens, informação essencial, articulação de ofertas de alojamento e emprego e o acompanhamento das 23 famílias alojadas no Concelho, num total de 83 pessoas. Facilitou-se, também, a integração das crianças nas escolas e cursos de língua portuguesa para pessoas estrangeiras. Em 2022, concluiu-se a componente de obra da reabilitação do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo, e encerrou-se o projeto PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, com uma taxa de execução de 108% e cerca de 34 mil destinatárias/os. Considerando a prorrogação do prazo para

a transferência de competências na área da Ação Social para o presente mês de abril de 2023, deu-se continuidade ao trabalho preparatório junto das entidades parceiras e à elaboração do Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Com a Estratégia Local de Habitação (ELH) em implementação, releva-se a aquisição de 23 imóveis (26 fogos) para reabilitação e atribuição em regime de arrendamento apoiado, a aquisição de dois terrenos para construção de novas habitações municipais e o lançamento de concurso para projeto de construção de oito fogos. No parque habitacional existente, concluíram-se duas empreitadas de reabilitação e múltiplas obras de beneficiação e estudos para melhoria da eficiência energética.

Na gestão do território, além dos já referidos serviços on-line e do aumento dos pedidos de particulares tramitados, o processo de revisão do Plano Diretor Municipal continuou a ocupar a atenção das equipas, envolvidas na fase mais intensa de concertação com as entidades externas. Assegurou-se o acompanhamento de agentes económicos, na busca das melhores soluções para a fixação de investimento de elevado interesse, bem como às Comissões de diferentes AUGI do Concelho, que deram novos passos no sentido da sua regularização, que vem acrescentar coesão ao território. Comprometido com uma maior autonomia alimentar na AML e modos de produção e distribuição sustentáveis, com particular atenção ao modo biológico, o Município integrou o projeto metropolitano "Foodlink" e a Rede de Parques Agroalimentares da AML, envolvendo produtores locais.

A conclusão da segunda fase de estabilização estrutural da Capela de S. João Baptista, o início da empreitada de requalificação do antigo edifício da GNR, a aprovação do projeto de requalificação do edifício PAL e a reparação do muro do Largo de S. João são algumas das intervenções mais relevantes na área do Centro Histórico de Palmela, onde foram identificados 640 prédios urbanos (214 arrendados) para aplicação de incentivos fiscais em sede de IMI. O Programa de Dinamização da Reabilitação Urbana continuou a confirmar o interesse dos diversos agentes do setor nesta temática, com as Jornadas de Reabilitação Urbana a reunirem mais de uma centena de pessoas.

Na área cultural, 2022 foi o ano da retoma da atividade, com os projetos comunitários a regressarem à rua (como a Queima do Judas, com mais de um milhar de pessoas) e os equipamentos culturais a registarem elevada procura. O Município continuou a investir na qualificação e alargamento da rede de equipamentos, tendo concluído a empreitada do Centro Comunitário de Águas de Moura, e na contínua aposta na sua acessibilidade a todos os públicos. No que respeita ao Património Cultural, concluiu-se a segunda fase de intervenção e restauro do Espaço Cidadão, bem como múltiplas intervenções de conservação e restauro de elementos na Igreja de Santiago, Sacristia e Paços de D. Jorge – que voltaram a receber visitantes na exposição de imagens de Santiago. Propostas como as visitas encenadas, as visitas guiadas ao Castelo e Centro Histórico, as visitas ao Museu A Estação guiadas por ferroviárias/os "No meu tempo...", o

18.º curso sobre Ordens Militares, o Curso sobre Castelos, as três edições das "Férias a crescer" e a peça "O Natal entre bigodes" (com 18 sessões para escolas e uma para a comunidade) são exemplos de iniciativas muito participadas e que aproximam as pessoas do nosso património local. Concluída a revisão do Programa Museológico, este foi apresentado e discutido publicamente, tendo sido publicada a versão final. Entre as várias exposições produzidas, destacam-se "Balmalla Hisn Al-Rabita. Palmela, um Castelo na Arrábida", "Uma imagem, mil memórias" (em itinerância) e a nova exposição permanente sobre o Cine-Teatro S. João, inaugurada no âmbito do seu 70.º aniversário. O programa comemorativo, rico e evocativo das memórias e papel que este equipamento tem desempenhado na comunidade, incluiu, também, a distribuição de novo vestuário de trabalho à equipa de frente de casa e apoio técnico.

A aprovação da candidatura "CTSJ lugar Cultura", no âmbito da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, permitiu reforçar significativamente a oferta, alavancar novas propostas e acompanhar a forte dinâmica associativa registada, num ano que viu nascer dois novos grupos de teatro e uma associação cultural. O Auditório Municipal de Pinhal Novo foi renomeado, numa homenagem a Rui Guerreiro, e, além do trabalho regular com os grupos de teatro de amadores do Concelho e Associações Juvenis, ultrapassou os números de público e atividade registados pré-pandemia e foi palco de uma programação de cinema de grande qualidade, acolhendo extensões de festivais nacionais. O Centro Cultural de Poceirão também continuou a afirmar-se como polo cultural incontornável na região. O aniversário do 25 de Abril congregou a comunidade em torno dos valores da Liberdade e da Democracia, o FIAR apresentou 19 espetáculos de criadores nacionais, a programação de dança continuou a ter lugar de destaque em Palmela, numa parceria de longa data com a Passos e Compassos, e as Festas Locais animaram as diferentes localidades, valorizando a sua identidade cultural. Merece referência o regresso da Festa das Vindimas ao seu modelo original, com todos os momentos de grande tradição que fazem dela um dos principais certames do calendário nacional.

Em 2022, concluiu-se o processo de revisão do Regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela e procedeu-se à reorganização das salas de leitura e à criação de áreas específicas para coleções de Fundo Local, doadas ou em depósito. As comemorações do centenário do nascimento de José Saramago marcaram o ano cultural, com muitas atividades em torno do escritor premiado com o Nobel, entre as quais, a 3.ª edição do Concurso Literário de Palmela, sob o tema "De que é feito o meu coração", que registou mais de uma centena de participações. Destaque, igualmente, para o projeto "365 Dias de Romance: Conversas Literárias", que continuou a trazer ao Concelho as/os principais escritoras/es nacionais, para a 2.ª Mostra Gastronómica Literária (que ligou as Bibliotecas e a leitura ao mundo da restauração), para o estreitamento dos laços com as famílias, através de projetos como "Queres que te conte?" ou "Sons de Almofadas", ou para as "Conversas sem Margens", que promoveram a discussão de temas fraturantes e levaram à integração da Biblioteca de Palmela na Rede de Bibliotecas da UNESCO. As menções honrosas atribuídas à "Hora do Conto – on-line" pela BAD – Associação

Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Professores de Informação e Documentação e à maleta pedagógica "Hermenegildo Capelo" pela Associação Portuguesa de Museologia e a presença entre os melhores na categoria Inovação com o projeto "No meu tempo... visitas guiadas por ferroviários", no Prémio Cultura 21, da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, são importantes distinções, que reconhecem o trabalho e engenho das equipas municipais e acrescentam motivação para seguir em frente.

Na área da Juventude, salientam-se os programas gratuitos de animação de tempos livres, as oportunidades de voluntariado e formação e os vários concursos, de estímulo à participação e à criatividade. O 27.º "Março a Partir" congregou meia centenas de atividades, promovidas por 31 entidades, afirmando-se, uma vez mais, como momento alto de dinamização da população juvenil e escola de participação. A celebração de um protocolo com o Conselho Português para a Paz e a Cooperação abriu novas linhas de trabalho conjunto, tendo sempre em vista a Educação para a Paz.

A inauguração do Pavilhão Municipal José Silvério, em Poceirão, a abertura dos Centros de Marcha e Corrida de Pinhal Novo e de Palmela, numa parceria com a Federação Portuguesa de Atletismo, e a conclusão das empreitadas de beneficiação do Polidesportivo José Maria dos Santos (Pinhal Novo) e de construção de balneários e sanitários de apoio ao Polidesportivo do Bairro Alentejano são demonstrativos do foco do Município na área do desporto, que irá manter-se ao longo do mandato. De igual modo, a Autarquia deu sequência ao objetivo de reabilitação de Espaços de Jogo e Recreio municipais, com múltiplas intervenções em todo o Concelho. No âmbito dos Programas Municipais de Desenvolvimento Desportivo, nas diversas modalidades, o número de praticantes (ainda longe dos níveis de 2019) demonstrou recuperação e regressaram provas dos calendários competitivos e o desporto popular, bem como os programas de atividade física e bem-estar. O programa de Desenvolvimento do Desporto Adaptado é um objetivo do mandato e foi implementado em 2022, na Natação Adaptada, com parcerias já firmadas para aulas de Boccia e Judo Adaptado. No total, contabilizam-se 25 Contratos-Programa com associações desportivas locais, para vários fins, e dois relativos à realização de melhoramentos nas instalações do Clube Desportivo Pinhalnovense (que transferiu a sua sede para o edifício COOPINHAL) e do Quintajense Futebol Clube.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

No presente mandato, o Município dá continuidade ao objetivo de permanente qualificação do espaço público, determinante para a qualidade de vida, a coesão territorial e a atratividade económica e turística. Destacam-se, em 2022, a remodelação do Largo Dr. Melo e Castro (Jardim de Cabanas) e os novos parques de estacionamento na Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo) e nas ruas Orlando Ribeiro e D. João de Castro/Mouzinho de Albuquerque (Pinhal Novo). Com múltiplos projetos e empreitadas de rede viária a decorrer, salienta-se a conclusão de oito novas pavimentações e da repavimentação de arruamentos em Pinhal Novo sul. Na sequência da nova

concessão de transportes, iniciada a 1 de junho, o Município acompanhou, em permanência, o desempenho da empresa, para garantir a prestação do serviço contratualizado e afinar horários e percursos.

No que respeita a espaços verdes, foram requalificadas áreas verdes do Jardim de Aires, o anfiteatro pequeno do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, o Largo da Palmeira e os muros do Jardim Joaquim José de Carvalho (Palmela), o espaço público da Quinta da Torre e várias rotundas em Pinhal Novo e Quinta do Anjo, sempre tendo em vista opções mais sustentáveis e de mais fácil manutenção.

Concluídos os trabalhos de substituição de luminárias antigas por LED em todo o Concelho, com sistema de gestão e implementação de rede LoRaWAN, procedeu-se à instalação dos programas-piloto para monitorização de resíduos e sistema de rega inteligente. Concluiu-se, igualmente, a empreitada de energias renováveis e sistema de gestão eficiente de energia no Cine-Teatro S. João e deu-se continuidade ao alargamento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos.

O processo de construção do PLAAC Arrábida – Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas envolveu diversos atores locais e terminou com uma apresentação pública, que deu a conhecer os principais riscos e medidas mitigadoras previstas para este território, em articulação com Plano de Ação Climática de Palmela (em curso). Neste âmbito, o Município aderiu à iniciativa europeia Missão para a Adaptação Climática, que facilitará a participação num living lab, com partilha de informação e boas práticas. A aprovação da candidatura "Pinhal Novo Verde" permitirá criar "ilhas" de sombra em Val 'Flores e na área do Mercado Mensal, para combater ondas de calor, e a fim de assinalar efemérides ou reflorestar áreas afetadas pelo incêndio de julho (campanha "A nossa Serra – Ama. Planta. Cuida"), foram plantados milhares de novas árvores no Concelho. A par dos projetos de educação e sensibilização ambiental, realizou-se mais uma ação de limpeza de monos e outros resíduos com a Associação Brigada do Mar, envolvendo jovens e docentes de várias escolas.

O Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela foi ampliado e dispõe de um novo gatil e sala de cirurgia. Foram instalados cinco novos abrigos para as colónias de gatos, em vários pontos do Concelho, e deu-se início à construção do primeiro Parque de Matilhas, na freguesia de Quinta do Anjo. No total, garantiu-se a esterilização de 298 gatos e 49 cães. No Cemitério de Palmela, terminou a empreitada de remodelação da Alameda.

Na área das infraestruturas, o investimento municipal incidiu, por um lado, na remodelação de redes existentes e, por outro, na sua expansão, para servir novos loteamentos (muitas vezes, em substituição dos promotores). Relativamente a águas de abastecimento, sublinha-se o início da empreitada de ligação dos novos furos de captação da Fonte da Vaca ao reservatório com o mesmo nome, que reforçará a disponibilidade de água em Pinhal Novo. No que respeita ao saneamento, concluíram-se várias empreitadas, de grande importância para as respetivas

comunidades – caso dos sistemas elevatórios na Rua da Uva Moscatel e na Quinta dos Farias (Pinhal Novo), da drenagem de águas residuais domésticas em Cajados, da infraestruturação geral na Rua 1.º de Maio (Quinta do Sobral e Canastra, Terrim) e da 2.ª fase de infraestruturação da Lagoinha (fases 2, 6 e 9). Concluída a 1.ª fase de regularização da Ribeira da Salgueirinha, que já permitiu enfrentar um inverno particularmente chuvoso sem cheias nas áreas habituais, o Município conseguiu a assunção, por parte da tutela, de apoio para uma 2.ª fase, até à nascente, em Quinta do Anjo.

Paralelamente ao serviço de recolha porta-a-porta de resíduos sólidos urbanos em bairros das Freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, o Município deu início, em novembro, à recolha de biorresíduos, com a adesão ao serviço de 651 famílias. Nestes dois meses, foram recolhidas e encaminhadas para valorização 59 toneladas de restos alimentares. Foram, também, recolhidas mais de 12 mil toneladas de monos e entregues para compostagem 624 toneladas de resíduos verdes limpos. Em 2022, verificou-se o maior volume do quadriénio, no que respeita à recolha de resíduos recicláveis. Foram adquiridos novos sopradores, papeleiras e baldes de 120 litros, para apoio a eventos e limpeza da via pública e reforçou-se a varredura mecânica nos maiores núcleos urbanos, bem como os meios para ações de limpeza e deservagem (com contratação ao exterior), para assegurar níveis de qualidade.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

A retoma já identificada em áreas como a Cultura ou o Desporto também se verificou no Turismo e na Economia Local, com os públicos a demonstrarem especial apetência pelos eventos de ar livre e celebração identitária e várias iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Município com recortes de visitantes. Deu-se continuidade à estratégia de aprofundamento das redes de cooperação, à partilha e reflexão com outras entidades e a Academia (são exemplo o Fórum Turismo, o Fórum Económico ou a Conferência Nacional do Consumidor), à participação em certames nacionais, à qualificação da oferta e à valorização dos recursos do território. São exemplo o lançamento da nova marca "Palmela, Terra Mãe de Vinhos" e a adesão, com a marca "Palmela Conquista", ao Portugal Branding – Programa Nacional de Desenvolvimento de Marcas Territoriais. O filme "Balmalla – Palmela, uma fortificação na Arrábida" foi premiado no Finisterra Arrábida Film Art & Tourism Festival, na categoria "Best Movies in the Region of Arrábida". Pela primeira vez, a Feira Medieval de Palmela foi organizada integralmente pelo Município e o "Viva o Natal no Município de Palmela", com um programa recheado, uma nova peça na coleção etnográfica e vários mercados, continuou a atrair muita gente e a fazer do Concelho um destino de referência na quadra natalícia. Com vista à promoção enoturística, preservação da autenticidade e articulação com o projeto Centro Rural Vinum, assegurou-se a participação de Fernando Pó na Rede de Aldeias Vinhateiras. Entretanto, teve início a empreitada de instalação da Janela da Arrábida no Espaço Fortuna. Refira-se, ainda, o apoio ao núcleo pedagógico de preservação da ovelha saloia, para defesa e valorização desta raça autóctone, a participação no processo de certificação da manteiga e requeijão de ovelha, a partir do soro de Queijo de Azeitão

DOP, a consolidação de pequenos mercados locais, como o Mercado da Aldeia, em Quinta do Anjo, e a plantação de um pomar de 70 macieiras de Maçã Riscadinha no Espaço Fortuna.

Ao longo do ano, a Incubadora de Empresas reafirmou o seu papel impulsionador e de suporte a várias empresas e projetos locais, que conquistaram notoriedade e mercado e aproveitaram os recursos disponibilizados, com vista à sua promoção, capacitação e crescimento. Teve continuidade o Programa de Ação para a Capacitação de Jovens e das Microempresas, com várias oficinas, atividades e oportunidades de formação e trabalho em rede, e no âmbito do Direito de Consumo, o Município dinamizou ações formativas e de esclarecimento, dirigidas a famílias vulneráveis e ao público escolar, bem como uma Ação de Formação Inicial para equipas técnicas das Juntas de Freguesia e das IPSS. O Serviço de Metrologia foi qualificado pelo IPQ para o quadriénio 2023-2026 e retomou em julho a sua importante atividade.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 68 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2019/2022 e apresentam uma taxa de execução de 104,9%. Comparativamente a 2021, as receitas aumentaram cerca de 4,9 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 32,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 47,7% do total da receita arrecadada.

As Taxas, Coimas e Penalidades registam o segundo maior valor do quadriénio (2,6 milhões de euros), devido ao resultado, em 2021, da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 3% (+336 mil euros), resultante, no essencial, da receita proveniente da renda da EDP (+33 mil euros), da alimentação escolar (+147 mil euros) e da faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+132 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 42% (+4,7 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado, em resultado da transferência de verbas retidas de anos anteriores do Fundo Social Municipal (FSM) e de receitas no âmbito da Educação (transferências de competências).

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 41,8% (+903 mil euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido em 2022 pela contrapartida nacional (817 mil euros) de diversas obras financiadas pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam um valor de 2,1 milhões de euros arrecadados em 2022, enquanto que no ano anterior recebeu-se 5,8 milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 64,8 milhões de euros, mais 13,8% que no ano 2021, dos quais 37,4 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 79,5%.

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar os objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma ligeira deterioração em 2022 comparado com 2021. Em 2022 apresenta uma taxa de 57,8%, o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com os/as trabalhadores/as. Este indicador também apresenta uma descida em 2022; passou de 163,7% em 2021, para 153,4% em 2022, isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2021, foram gastos cerca de 163,7 euros em atividades e investimentos do município, enquanto que em 2022, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 153 euros.

As despesas com pessoal registam em 2022, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 3,5 milhões de euros (+16,6%). Esta situação é resultante, no fundamental, do aumento de trabalhadores no âmbito das transferências de competências da educação. O aumento de trabalhadores relativamente a 2021 cifra-se em 267 (+28,2%).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um valor semelhante ao de 2021 (em termos absolutos, +39 mil euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (13,1 milhões de euros).

A Aquisição de Bens e Serviços apresenta um acréscimo de 2,5 milhões de euros (+15,6%), comparativamente ao ano 2021. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal em virtude do alívio das restrições da pandemia. De referir que em 2022 se registou um aumento significativo na área da remoção e tratamento de resíduos sólidos.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos da M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2022, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,912 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 5,1 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.”

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2022, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo e Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

PROPOSTA N.º DAFRH 02_10-23:

«A 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027 tem como finalidade proceder ao reforço de rubricas orçamentais e ações com dotação insuficiente, de modo a efetuar pagamentos pendentes e possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes.

O valor desta alteração é de 645.316,00 € (seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e dezasseis euros), e representa 0,71% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.»

O Sr. Vereador Pedro Taleço não participa nesta votação, por se encontrar temporariamente ausente a sala.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Pedido de informação prévia de operação de loteamento. Requerente: TOTTA URBE – Empresa de Administração e Construções, S.A. Processo: L-1551/2020. Local: Olhos d'Água, Freguesia de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_10-23:

«Pretende a requerente, na qualidade de proprietária de um prédio com a área de 68.866 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 3736/20000418 e inscrito na matriz cadastral sob o artigo n.º 97 da secção N, freguesia de Pinhal Novo, obter informação prévia, ao abrigo do n.º 1 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação em vigor (RJUE) sobre operação de loteamento de carácter habitacional.

O prédio objeto do pedido insere-se no Perímetro Urbano de Olhos d'Água/Lagoinha/Vale de Touros sendo classificado de acordo com a Planta de Ordenamento do (PDM) como Espaço Urbanizável – Expansão de Média Densidade H1 e Baixa Densidade B2.

A proposta de ocupação, que vem ao encontro das informações técnicas elaboradas pelos serviços, procura a integração nas características da área edificada envolvente, criando uma nova estrutura urbana, usufruindo dos parâmetros urbanísticos previstos no PDM (H1 – área com 54.944,50m²) e Baixa Densidade (B2 – área com 13.921,50m²) conforme transmitido à requerente através do ofício n.º 2696/2020.

A pretensão contempla a criação de 82 lotes destinados à construção de habitação unifamiliar, sendo o acesso viário efetuado a partir da Rua dos Couceiros, a norte da propriedade, propondo ainda várias ligações pedonais à estrutura viária envolvente (EN 379-2 e CM 1029).

Além disso são propostas cedências ao município num total de 25.614,30m², sendo para domínio público 22.729,16m² (7.935,17m² para espaços verdes e de utilização coletiva e 14.793,99m² para passeios e arruamentos) e 2.885,14m² para o domínio privado municipal, destinados a equipamento, dando cumprimento às normas em vigor.

Na globalidade é proposta uma área bruta de construção de 23.150,00 m², acrescida de 3.280,00m² destinados a garagens, que de acordo com o Regulamento do PDM não são contabilizados para efeitos de aferição do índice de construção.

O estacionamento automóvel apresenta um total de 290 lugares - 197 lugares privados, no interior dos lotes e 93 em espaço público, 4 dos quais destinados a pessoas com mobilidade condicionada, cumprindo igualmente com o regulamento do PDM (artigo 32º, Anexo III e Portaria n.º 216-B/2008).

A requerente propõe-se executar várias infraestruturas de suporte à operação urbanística, nomeadamente a beneficiação da Rua dos Couceiros, uma bacia de retenção do efluente pluvial, a dimensionar por estudo hidrológico e a extensão da rede pública de esgoto doméstico até à Rua dos Couceiros, a par de mini ETAR compacta.

Da análise efetuada à pretensão, tanto do ponto de vista urbanístico como no que concerne ao enquadramento infraestrutural, resultou enquadramento favorável, condicionado a várias matérias/correções a ter em conta em sede do procedimento subsequente, que se enunciam:

1. Ao cumprimento dos parâmetros urbanísticos determinados pelo artigo 12º do Regulamento do PDM aplicáveis à classificação do espaço H1 e B2 de acordo com o zonamento facultado à requerente, que deve estar inequivocamente demarcado na Planta de Síntese.

2. À existência de rede de esgoto doméstico na Rua dos Couceiros, sendo que a mini ETAR compacta não se considera viável, por não se enquadrar nos princípios de gestão da empresa Multimunicipal Simarsul.
3. Ao devido dimensionamento da bacia de retenção, tecnicamente comprovado por cálculos hidrológicos e hidráulicos.
4. À construção de coletor pluvial com uma extensão de cerca de 500 m, na plataforma da EN 379-2, (obra sujeita a autorização da Infraestruturas de Portugal, IP) para ligação e descarga no meio de receção natural do efluente pluvial proveniente da bacia de retenção - linha de água localizada a norte da Estação Elevatória de Olhos de Água - sendo que a descarga carece da obtenção do título de utilização de recursos hídricos emitido pela APA – ARH Tejo e Oeste.
5. À adoção de solução paisagística que promova a integração da bacia de retenção no desenho urbano e a compatibilização da sua função como órgão hidráulico de amortecimento de caudais de ponta de cheia, com um espaço de usufruto e estada pelos seus utilizadores, em períodos de estiagem, que deverá ter continuidade para a faixa naturalizada na berma da EN 379-2 e CM 1029, conferindo a estas áreas um tratamento paisagístico adequado a uma zona urbana.
6. À impermeabilização máxima do lote de 60%;
7. À identificação, na planta síntese dos sobreiros e outras espécies protegidas existentes, preferencialmente a integrar no desenho urbano, tal como os pinheiros de grande porte, pelo benefício para a qualidade ambiental do futuro espaço urbano, em termos climáticos e de paisagem. Dessa abordagem surge naturalmente a necessidade de preservação do sobreiro de grande porte e azinheira existentes na zona do lote 61, que poderão pôr em causa a sua viabilidade; mais se sugere a deslocação da passagem pedonal proposta no limite norte do lote n.º 18, para o intervalo entre os lotes n.º 18 e 19, por forma a manter o pinheiro manso de grande porte em espaço verde, público.
8. Do ponto de vista infraestrutural identificam-se ainda pormenores e correções a ter em conta na fase de licenciamento de operação de loteamento:

Na rede viária deverá ser considerada a implementação de drenagem de pluviais na intervenção a efetuar na Rua dos Couceiros; a pequena "língua" junto ao impasse no acesso aos lotes 72 e 73 deverá ser eliminada permitindo dessa forma que não exista qualquer obstáculo à mobilidade pedonal.

Ao nível do abastecimento de água de referir que existe rede pública de distribuição de água na berma sul do CM 1029 e em ambos os lados da plataforma da EN 379-2, sendo as condutas em fibrocimento, com diâmetros de DN125 no CM 1029 e DN 100 na berma da EN.

Relativamente aos espaços verdes, estando prevista arborização em caldeira importa definir a localização das mesmas, devidamente compatibilizada com a iluminação pública e com a legislação das acessibilidades.

Face ao exposto, **propõe-se** a emissão de parecer favorável à pretensão – informação prévia de operação de loteamento ao abrigo do n.º 1 do artigo 14.º do RJUE - condicionada ao cumprimento dos parâmetros urbanísticos definidos pelo Plano Diretor Municipal, bem como às condições elencadas na presente proposta, nos pontos 1 a 8.

Conforme determinado no n.º 3 do Artigo 17º do RJUE, o procedimento urbanístico subsequente, licenciamento da operação de loteamento, a apresentar no prazo de um ano após a decisão favorável do pedido de informação prévia, deve ser acompanhado de declaração dos autores e coordenador dos projetos em como aquele respeita os limites constantes da informação prévia favorável, que se resumem:

- Criação de 82 lotes para habitação unifamiliar, com uma área bruta de construção aproximada de 23.150,00m², acrescida de 3.280,00m² para garagens de acordo com os critérios do artigo 32.º do regulamento do PDM, sendo que deve ser integralmente cumprida a edificabilidade resultante do zonamento da planta de ordenamento do PDM, comunicado à requerente pelo ofício n.º 2696/2020;
- Cedência ao município da área total de 25.614,30m², sendo para domínio público 22.729,16m², espaços verdes e arruamentos, e 2.885,14m² para o domínio privado municipal, destinados a equipamento;
- Implementação de 290 lugares de estacionamento automóvel - 197 lugares privados, no interior dos lotes e 93 em espaço público, 4 dos quais destinados a pessoas com mobilidade condicionada.
- Informe-se ainda a requerente de que o licenciamento de operação de loteamento carece da realização de consultas às seguintes entidades:
- ICNF, EDP, E-Redes, Setgás, PT/Altice e Infraestruturas de Portugal.

Mais se informe a requerente de que sobre o prédio impendem as seguintes condicionantes:

- Linha de Média Tensão – Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de fevereiro;
- Estrada Nacional 379-2 e Caminho Municipal 1029 – afastamentos definidos no artigo 24º de Regulamento do PDM de Palmela;
- Regime de Proteção do Sobreiro e Azinheira, publicado pelo Decreto Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 155/2004 de 30 de junho.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Associativismo

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Humanitária.

PROPOSTA N.º DCDJ_GA 01_10-23:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora, e na qual a prática desportiva e as atividades culturais se apresentam como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e na cultura e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos nas alíneas a) a r) do artigo 16.º, do referido Regulamento e que após apreciação e análise técnica foram as mesmas valoradas, correspondendo a atribuição dos montantes

apresentados a patamares de valores referentes ao apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação;

Propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas e) e f) do n.º 2, do artigo 23.º, e das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que a Câmara Municipal de Palmela aprove os apoios constantes do quadro abaixo apresentado, destinados à Sociedade Filarmónica Humanitária, no valor global de € 5.594,00 (cinco mil, quinhentos e noventa e quatro euros):

Atividade	Equipamentos	Obras de Conservação
€ 4.125,00	€ 684,00	€ 785,00

.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Humanitária, numerada DCDJ_GA 01_10-23, intervém:

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** pede escusa da votação da presente proposta.

O **Sr. Presidente** aceita o seu pedido de escusa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

O Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Calha, assume a condução da reunião.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Finanças e Aprovisionamento

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Constituição de Fundos de Maneio – Ano económico de 2023 - Alteração.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_10-23:

«Por deliberação aprovada na reunião de Câmara de 11/01/2023 procedeu-se à constituição de Fundos de Maneio para o ano económico de 2023, ao abrigo ponto 2.3.4.3 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, documento que se anexa.

Recentemente verificou-se uma mudança na chefia da Divisão Jurídica e de Fiscalização, sendo, por isso, necessário proceder a necessária alteração da titularidade do respetivo fundo de maneio.

Face ao exposto e ao abrigo da disposição legal suprarreferida, **propõe-se** que a Câmara designe como responsável do Fundo de Maneio da Divisão Jurídica e de Fiscalização, a Dra. Isabel Lagares Borrega, atual chefia da Divisão.»

O Sr. Presidente não participa nesta votação, por se encontrar temporariamente ausente a sala.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para a realização da 34.ª edição da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão.

PROPOSTA N.º DDET 01_10-23:

«A 34.ª edição da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão realiza-se nos dias 1, 2, 3 e 4 de junho, no Parque Mário Bento e ruas adjacentes.

Este, que é um dos principais eventos da região dedicados à agricultura e ao mundo rural e de promoção dos produtos da terra, conta com espaços de exposição de máquinas agrícolas, artesanato, espetáculos musicais, mostra de associativismo, espaço infantil com insufláveis e ateliês para as crianças, além da feira franca e das habituais tasquinhas, onde é possível saborear os petiscos típicos, acompanhados pelos excelentes vinhos da região.

Organizada pela Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão, a Feira assume uma considerável relevância na afirmação da identidade rural do território de Palmela e conta com os apoios da Câmara Municipal de Palmela e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Assim, face ao exposto e por forma a continuar a contribuir para a garantia da qualidade e dignificação do evento, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros) à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão.

Sublinha-se que a colaboração do Município na realização deste evento traduz-se também no apoio logístico na implementação e desmontagem, montagem de infraestruturas elétricas, cedência precária e gratuita de domínio municipal, plano de comunicação e edição de materiais promocionais, com uma estimativa de custos no valor de 12.294,00 € (doze mil, duzentos e noventa e quatro euros).»

O Sr. Presidente não participa nesta votação, por se encontrar temporariamente ausente a sala.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Regresso do Sr. Presidente

O Sr. Presidente regressa à sala, retomando o seu lugar.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Projeto de Regulamento Municipal da Feira Medieval de Palmela – Aprovação e início de discussão pública.

PROPOSTA N.º DDET 02_10-23:

«A Feira Medieval de Palmela afirma-se como um projeto de desenvolvimento local, assente na valorização e preservação da história e do património, fomentando a consolidação de uma rede de parceiros e agentes culturais e económicos tendo em vista a construção de oferta turística organizada, aliando-os à salvaguarda e divulgação do património local de Palmela.

Assente no princípio da sustentabilidade e da diferenciação na abordagem à narrativa histórica, propõe-se promover a criação de cadeia de valor e de serviços com impacto na dinamização da atividade económica, capaz de atrair e fidelizar a procura, valorizando o destino através da criação de experiências ligadas à história e à genuinidade do território.

A organização e realização de um evento desta importância assume características próprias que, pela sua especificidade, obrigam a que se institua uma série de regras e procedimentos que visam garantir a recriação histórica fidedigna de um conjunto de vivências próprias da época que se pretende retratar e simultaneamente, regular os termos que permitem o adequado funcionamento do evento, de acordo com os objetivos que se propõe alcançar, bem como assegurar a correta participação e envolvência dos vários públicos intervenientes, aspetos esses considerados como fundamentais para suportar o constante desenvolvimento global e integrado da Feira Medieval de Palmela.

A criação do Regulamento Municipal da Feira Medieval de Palmela, tem como objetivo disciplinar as regras aplicáveis à organização, realização e participação no evento.

Por deliberação da Câmara Municipal, de 18 de maio de 2022, foi aprovado o início do procedimento de aprovação do Regulamento Municipal da Feira Medieval de Pamel.

Assim, decorrida a publicitação do início do procedimento, sem que tenha havido qualquer participação, e no uso dos poderes regulamentares conferidos às Autarquias Locais pela própria Constituição da República Portuguesa (cf. artigos 112.º, n.º 7 e 241.º), competências previstas na alínea g) do n.º 1, do artigo 25º, e na alínea k) do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda o preceituado no Código do Procedimento Administrativo (CPA) (cf. artigos 97.º e seguintes), elaborou-se o presente projeto de Regulamento Municipal da Feira Medieval de Palmela.

Propõe-se assim que, em cumprimento do disposto no artigo 101º, n.º 1, do CPA, publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1, do artigo 33º, do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o projeto de Regulamento para efeitos da sujeição do mesmo a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, nos termos do n.º 1, do artigo 101.º, do CPA, porquanto a natureza da matéria claramente justifica a observância deste trâmite;
- Caso não ocorram alterações ao texto final proposto, em resultado de consulta pública, considerar esta Câmara Municipal, desde já, aprovado o projeto de Regulamento, desta feita para efeitos da sua aprovação final e reenvio para deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, ao abrigo da alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º, do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Gabinete de Projetos Socioeducativos

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Palmela e a ANCI – Associação Nacional de Cuidadores Informais.

PROPOSTA N.º DECS_GPS 01_10-23:

«O Município de Palmela, na sua estratégia municipal para o envelhecimento ativo, saudável, e a relação entre gerações “Palmela Maior”, identifica, no eixo 3, a importância de valorizar o papel dos cuidadores informais e de promover respostas de informação e/ou apoio.

A Associação Nacional de Cuidadores Informais - ANCI, entidade sem fins lucrativos, tem por missão a defesa dos interesses dos Cuidadores Informais e da atividade democrática para a definição e aplicação de políticas públicas, nomeadamente o Estatuto do Cuidador Informal, visando o diálogo, a colaboração e luta por uma sociedade justa e solidária.

Reconhecendo a pertinência da presente parceria como importante contributo na resposta às dificuldades sociais que muitas famílias enfrentam no seu dia-a-dia, nomeadamente, os constrangimentos físicos, psicológicos e financeiros associados ao papel de cuidador informal, bem como as necessidades de apoio e orientação por técnicos especializados de proximidade,

Propõe-se, ao abrigo das alíneas g) e h) do n.º 2, do artigo 23º, e da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Palmela e a ANCI – Associação Nacional de Cuidadores Informais, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_10-23:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foi apresentada, pelo Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização da sua atividade, a aquisição de equipamento, bem como a realização de obras de conservação;
- através da promoção das associações de carácter social, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do seu papel preponderante na comunidade, da sua atitude participativa e responsável;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada tecnicamente, tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos nas alíneas a) a r) no artigo 16.º, do referido Regulamento,

propõe-se, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, num valor global de 2.732,41 € (dois mil, setecentos e trinta e dois euros e quarenta e um cêntimo), sendo:

- 1.457,00 € (mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros), para o desenvolvimento da sua atividade;
- 1.275,41 € (mil, duzentos e setenta e cinco euros e quarenta e um cêntimo), destinados à aquisição de equipamentos e obras de conservação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 02_10-23:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foi apresentada, pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização da sua atividade e a aquisição de equipamentos;
- através da promoção do movimento associativo da área da saúde, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do seu papel preponderante na comunidade, da sua atitude participativa e responsável;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada, tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos nas alíneas a) a r) do artigo 16.º, do referido Regulamento,

propõe-se, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, num valor global de 2.779,40 € (dois mil, setecentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos), sendo:

- 2.000,00 € (dois mil euros), para o desenvolvimento da sua atividade;
- 779,40 € (setecentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos), destinados à aquisição de equipamentos.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro ao Centro Jovem Tejo.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 03_10-23:

«A Associação Centro Jovem Tejo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos e de âmbito nacional, constituída em 1989, reconhecida como de Utilidade Pública na prestação de serviços sociais e clínicos e que prossegue, como missão, a Prevenção, Reabilitação e Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências.

A Comunidade Terapêutica desta instituição tem capacidade máxima para acolher 25 utentes, encaminhados quer pelos serviços do Centro Distrital de Segurança Social, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Tribunais, bem como pelas Equipas de Tratamento do Ministério da Saúde, com base em Decisões Judiciais, visando a integração de cada pessoa.

Apesar de estarem licenciadas 25 camas, o SICAD/ARS/Ministério da Saúde, apenas apoia 21 camas, sendo 16 para jovens menores e 5 para adultos.

Com diferentes diagnósticos, a comunidade integra atualmente 20 jovens menores e 5 adultos.

Para o desenvolvimento do seu trabalho, o Centro Jovem Tejo conta com o apoio financeiro decorrente da convenção com o Ministério da Saúde e com os Centros Distritais de Segurança Social, fundamentais para a subsistência desta associação, porém, claramente insuficientes.

Acresce, ainda, que a mesma se depara com despesas que se têm vindo a avolumar, na sequência de uma não comparticipação atempada ou regular por parte da sua tutela, razão pela qual continua a apelar junto de várias instâncias, bem como através da POCAD (Plataforma das Organizações Intervenientes em Comportamentos Aditivos e Dependências), pelos necessários apoios, nomeadamente pela atualização dos valores da Convenção, o que não se verifica desde 2008.

Assim, pelo exposto e considerando que esta IPSS:

- desempenha um importante papel na prevenção, reabilitação e reinserção na vida ativa dos jovens e adultos que acompanha ao longo dos anos, através de uma importante resposta social que não se quer comprometida;
- tem vindo, ao longo dos anos, a diligenciar com as entidades que enquadram e tutelam a sua atividade, alertando para as dificuldades em que subsiste e para todo o contexto de insustentabilidade da instituição;

propõe-se, nos termos da alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros), ao Centro Jovem Tejo, destinado a participar nas despesas com o funcionamento da Associação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Associativismo

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 13 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DCDJ_GA 02_10-23:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora, e na qual a prática desportiva e as atividades culturais se apresentam como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e na cultura e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação;

- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica foram as mesmas valoradas, correspondendo a atribuição dos montantes apresentados a patamares de valores referentes ao apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação;

propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas e) e f) do n.º 2, do artigo 23.º, e das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico Autarquias Locais, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, no que às associações desportivas diz respeito, que a Câmara Municipal de Palmela aprove:

1. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações culturais, no valor global de € 54.000,00 (cinquenta e quatro mil euros):

Associação Cultural	Valor
Associação Amigos Bairro da Confidente	1.125,00 €
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	3.000,00 €
Associação Musical e Cultural Clarinetes de Santiago - AMCCS	1.500,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	2.250,00 €
Associação das Festas de Palmela - Festas das Vindimas	3.000,00 €
Associação do Círio dos Olhos de Água	750,00 €
Associação Cultural F.O.M.E. - Fomento e Organização de Movimentos Emergentes	1.875,00 €
Musgo Azul - Associação	1.500,00 €
Associação Sons Margem Sul	1.875,00 €
Círio da Carregueira - À Nossa Sr.ª da Atalaia	750,00 €
Confraria da Sopa Caramela – CPN	2.625,00 €
Expoente Melodia - Associação Recreativa	1.125,00 €
Grupo Desportivo Académicos Aqualva de Cima Bairro Margaça	750,00 €
Grupo Desportivo de Rio Frio	1.125,00 €
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	750,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	1.875,00 €
Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água	1.125,00 €
Grupo Motard Montanhão	750,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	2.625,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	1.875,00 €
Pal'Artes - Associação Cultural para o Desenvolvimento do Concelho de Palmela	750,00 €
Rancho Folclórico do Poceirão	1.500,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.500,00 €
Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo	1.125,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	4.125,00 €
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio - Asseiceira	1.500,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	4.125,00 €
Sociedade Instrução Musical	3.375,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	3.000,00 €
Sociedade Recreio e Desporto da Lagoinha	750,00 €
TOTAL	54.000,00 €

2. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações culturais, no valor global de € 40.131,00 (quarenta mil, cento e trinta e um euros):

Associação Cultural	Valor
ATA - Acção Teatral Artimanha	2.354,00 €
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	3.000,00 €
Associação das Festas de Palmela - Festas das Vindimas	441,00 €
Associação Cultural F.O.M.E. - Fomento e Organização de Movimentos Emergentes	397,00 €
Associação Teatro Sem Dono	3.000,00 €
Associação Sons Margem Sul	2.901,00 €
ATVK - Associação Teatro da Vila	3.000,00 €
Cooperativa da Produção Artística Teatro Animação "O Bando", CRL	3.000,00 €
Expoente Melodia - Associação Recreativa	2.538,00 €
Grupo Coral Ausentes do Alentejo	516,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Águias da Aroeira	3.000,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	2.041,00 €
Moto Clube de Palmela	2.722,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	3.000,00 €
Passos e Compassos - Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes do Espectáculo	815,00 €
PIA - Projectos de Intervenção Artística - CRL	2.038,00 €
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	797,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	556,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	3.000,00 €
Sociedade Instrução Musical	731,00 €
Teatro dos Barris - Associação	284,00 €
TOTAL	40.131,00 €

3. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações culturais, no valor global de € 29.387,00 (vinte nove mil, trezentos e oitenta e sete euros):

Associação Cultural	Valor
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	825,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	2.675,00 €
Grupo Folclórico Danças e Cânticos Olhos de Água	3.344,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	4.004,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	2.000,00 €
Rancho Folclórico os Rurais da Lagoa da Palha e Arredores	6.040,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	772,00 €
Sociedade Instrução Musical	7.227,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	2.500,00 €
TOTAL	29.387,00 €

4. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações desportivas, no valor global de € 31.125,00 (trinta e um mil, cento e vinte cinco euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Valor
Associação Académica Pinhalnovenise	1.500,00 €
ADBN - Associação Desportiva Bike&Nutrition	1.500,00 €
Associação Desportiva Palmelense, Sp	1.500,00 €
Associação de Jovens "Os Caramelos"	1.500,00 €
Associação de Kenpo da Costa Azul	1.125,00 €
Botafogo Futebol Clube	2.250,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovenise	3.750,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	1.875,00 €
Crucial Simplicity Associação Desportiva	2.250,00 €
Clube Target Renegade	1.125,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	2.250,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	2.625,00 €
Grupo Desportivo da Volta da Pedra	750,00 €
Parmelense Futebol Clube	4.125,00 €
Quintajense Futebol Clube	3.000,00 €
TOTAL	31.125,00 €

5. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações desportivas, no valor global de € 18.079,00 (dezoito mil, e setenta e nove euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Valor
Associação Académica Pinhalnovenise	588,00 €
Associação Desportiva Palmelense, Sp	795,00 €
Botafogo Futebol Clube	825,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovenise	8.118,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	812,00 €
Clube Portais da Arrábida	4.767,00 €
Grupo Desportivo da Volta da Pedra	836,00 €
Judo Clube de Pinhal Novo	1.338,00 €
TOTAL	18.079,00 €

6. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações desportiva, no valor global de € 1.851,00 (mil, oitocentos e cinquenta e um euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Valor
Botafogo Futebol Clube	851,00 €
Crucial Simplicity Associação Desportiva	1.000,00 €
TOTAL	1.851,00 €

7. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações juvenis, no valor global de no valor global de € 6.000,00 (seis mil euros):

Associação Juvenil	Valor
Grupo 40 - Palmela - Associação de Escoteiros de Portugal	1.050,00 €
Associação Juvenil COI	1.050,00 €
Associação Juvenil ODISSEIA	1.500,00 €
Associação Juvenil "Os Indiferentes"	900,00 €
Associação de Jovens "Os Caramelos"	900,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	600,00 €
TOTAL	6.000,00 €

8. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações juvenis, € 3.970,00 (três mil, novecentos e setenta euros):

Associação Juvenil	Valor
Associação Juvenil ODISSEIA	770,00 €
Associação Juvenil "Os INdiferentes"	300,00 €
Associação de Jovens "Os Caramelos"	170,00 €
Grupo 40 - Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	665,00 €
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	1.235,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	830,00 €
TOTAIS	3.970,00 €

9. O apoio constante do quadro que se segue, destina-se à realização de obras de conservação da associação juvenil, € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros):

Associação Juvenil	Valor
Grupo 40 - Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	450,00 €

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum/a dos/as Municípes presentes querem usar da palavra.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das treze horas e trinta e sete minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco